

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE

EVANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA DE ANDRADE



**OS MIRANTES DA ILHA DE SANTA CATARINA
PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO DE FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE

EVANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA DE ANDRADE

**OS MIRANTES DA ILHA DE SANTA CATARINA
PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO DE FLORIANÓPOLIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade PGAU-CIDADE - da UFSC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Área de concentração: Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Linha de Pesquisa: Urbanismo, Cultura e História da Cidade.

Orientador: Prof. Dr. César Floriano

Florianópolis
2008

EVANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA DE ANDRADE

**OS MIRANTES DA ILHA DE SANTA CATARINA
PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO DE FLORIANÓPOLIS**

A dissertação, intitulada “Os mirantes da Ilha de Santa Catarina, Patrimônio da Paisagem da Cidade de Florianópolis”, de autoria de Evandro José de Oliveira de Andrade, foi submetida a processo de avaliação conduzido pela Banca Examinadora Instituída pela Portaria 038/PGAU-CIDADE/08, para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, tendo sido aprovada sua versão final em 18 de dezembro de 2008, em cumprimento às normas da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós- Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade – PGAU-CIDADE.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Floriano
Orientador

Prof. Dr. Nelson Popini Vaz
Membro da banca

Prof. Dr. Mário César Coelho
Membro da banca

Prof. Dr. Almir Francisco dos Reis
Coordenador do PGAU-CIDADE

“A vida pode mudar a arquitetura. No dia em que o mundo for mais justo,
ela será mais simples”.
(Oscar Niemeyer)

AGRADECIMENTOS

É com imensa gratidão que venho até este momento realizar mais uma etapa de estudos de grandiosa valia para a expansão de conhecimentos que a pesquisa proporcionou, resultando num importante avanço profissional.

Sendo impossível agradecer nestes breves parágrafos a todas as pessoas que contribuíram durante a elaboração desta pesquisa, agradeço aqui a todos que dedicaram atenção por algum tempo em trocar informações, emitir opiniões, fornecer dados, corrigir, enfim, tudo aquilo que foi necessário para a execução deste trabalho.

Mesmo assim não poderei deixar de citar que foi imprescindível o apoio da família Andrade, pais e irmãos que sempre estiveram ao meu lado proporcionando apoio e segurança. Ao meu filho Breno e sua mãe Mariana por toda a compreensão e ajuda no tempo possível.

Coloco aqui também minha gratidão a bolsa de estudos da CAPES que forneceu auxílio por alguns meses, sendo suficiente para um expressivo incentivo na finalização desta pesquisa.

Aos componentes do PGAU-CIDADE e do Departamento da Graduação de Arquitetura e Urbanismo- UFSC, professores e funcionários, por todas as formas de contribuições diretas e indiretas na minha formação profissional, onde o ambiente de aprendizado não se limitou apenas ao espaço da sala de aula, vazando pelos corredores e outros lugares. Agradeço, sobretudo aos professores que compartilham das paixões que envolvem os empolgantes diálogos sobre a arquitetura e o desenho. E em especial ao orientador Prof. Dr. César Floriano que me influenciou significativamente com sua postura de atitude acadêmica-profissional que tem conduzido os alunos a caminhos de integração da arte e arquitetura.

Aos membros da banca de defesa, Prof. Dr. Nelson Popini, Prof. Dr. Mário César Coelho e a participação especial do Prof. Msc Ivo Sostizzo, importantes autoridades no estudo da paisagem, sendo responsáveis por fornecerem preciosas informações de um tema tão abrangente.

À Prof. Dra. Maria Inês Sugai pela oportunidade de estágio-docência que proporcionou ricos momentos nas aulas de Projeto Arquitetônico.

Aos meus amigos arquitetos em particular Ademir França pelas incansáveis conversas.

À tradutora Rosa Ferreira nas ajudas gramaticais e pela sua paciência nas interpretações de minhas colocações.

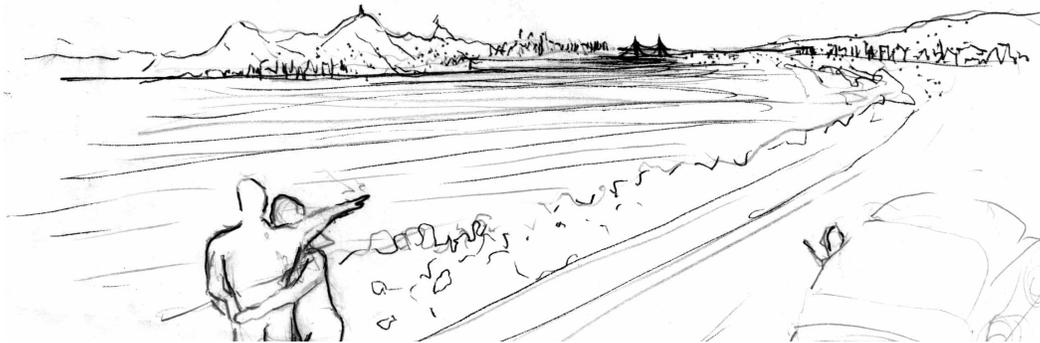
À bióloga Cláudia Machado pela leitura e correção ortográfica dos textos e apoio moral.

Ao Ícaro, meu recente companheiro de trabalho que tem demonstrado dedicação e esmero.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram de alguma maneira para que esta dissertação se realizasse.

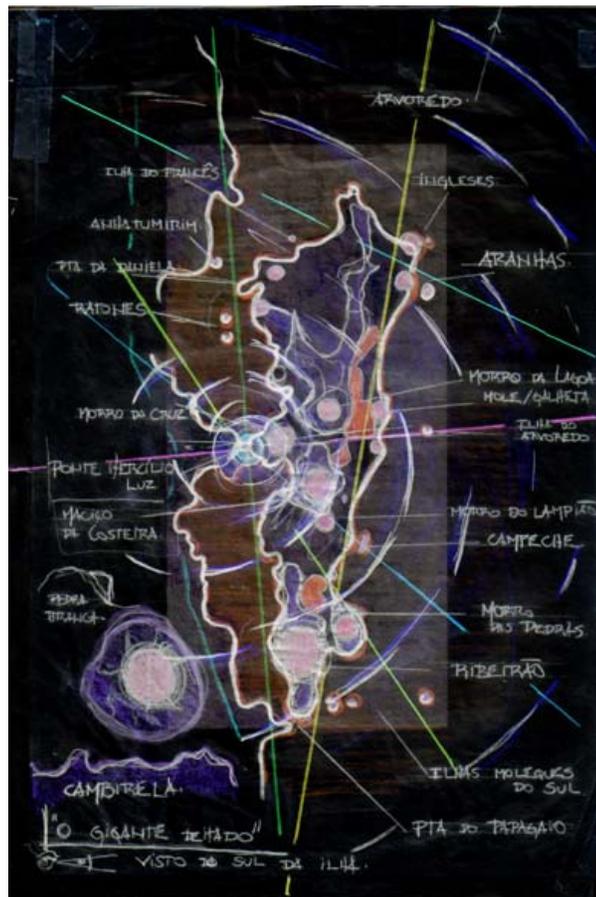
RESUMO

Os mirantes da Ilha de Santa Catarina representam expressivos pontos referenciais na paisagem da cidade de Florianópolis, que é fortemente caracterizada pela sua natureza, a qual dispõe de um conjunto de morros que proporcionam espetaculares visões da cidade sempre possibilitando diferentes ângulos para o olhar que é enriquecido diante de novas perspectivas, as quais vão se descortinando ao longo dos percursos com diversificado conjunto paisagístico. O trabalho de pesquisa tem como tema central revelar o potencial dos mirantes como patrimônio da paisagem, através do levantamento de elementos significativos da estruturação paisagística assim como estabelecer parâmetros para a consolidação de uma lei da paisagem apoiada em elementos cenográficos, pontuais e lineares, compostos por mirantes e eixos-visuais (vias panorâmicas). O forte crescimento urbano e a descaracterização acelerada da paisagem fazem desta abordagem um tema relevante e um campo de possibilidades para o novo plano diretor da cidade em construção.



ABSTRACT

The city of Florianópolis, located on the island of Santa Catarina, is strongly marked by its natural and cultural sceneries. The city presents a rich diversity of environments: it is one of the most complete islander ecosystems of Brazil and a complex landscape of Southern America. The central theme of this dissertation is to reveal the potential of the landscape views of the island, and to detect significant elements on the structuring of such views, besides establishing variables to consolidate landscape law based on punctual and linear scenographic elements, consisting of viewpoints and visual-axes (panoramic guides). The impact of urban growth has resulted on rapid loss of the landscape views' properties, which gives us a relevant topic and a large field of possibilities for the city's new legislation.



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A PAISAGEM	14
2.1	AS VISÕES DA PAISAGEM ALÉM DOS MIRANTES.....	14
2.2	UMA APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE PAISAGEM.....	17
2.3	AS PERCEPÇÕES DA PAISAGEM.....	20
2.4	A ARTE E OS MIRANTES COMO REVELAÇÃO DA PAISAGEM.....	24
3	A ILHA DE SANTA CATARINA COMO CENÁRIO PAISAGÍSTICO	31
3.1	A PAISAGEM HISTÓRICA ESCRITA.....	31
3.2	A EVOLUÇÃO DA PAISAGEM.....	35
3.3	PATRIMÔNIO DA PAISAGEM – NATURAL, CULTURAL E DA MEMÓRIA..	38
3.4	OS MIRANTES COMO REFERENCIAIS CENOGRÁFICOS DA ILHA DE SANTA CATARINA.....	43
3.4.1	Pontos e Linhas	47
3.5	LEIS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM.....	50
3.5.1	As Atuais Leis de Proteção da Paisagem	50
3.5.2	Leis de Proteção da Paisagem de Florianópolis – Projeto Florianópolis Mais Limpa e Vias Panorâmicas	54
3.5.3	Política de Inserção da Lei da Paisagem	59
4	OS MIRANTES DA ILHA DE SANTA CATARINA	61
4.1	TIPOS DE MIRANTES.....	61
4.2	MIRANTES E EIXOS VISUAIS.....	65
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
6	BIBLIOGRAFIA	85

1 INTRODUÇÃO

O ambiente da Ilha de Santa Catarina é fortemente caracterizado por referências geográficas naturais e edificadas, elementos que compõem o seu patrimônio paisagístico, como os morros, as praias, as igrejas, a ponte Hercílio Luz, a memória do Miramar, a praça da Figueira, entre outros, mirantes, formando um conjunto que caracteriza a paisagem local que revelam o caráter e a riqueza do lugar¹. Sendo assim, o motivo de atração das pessoas à cidade de Florianópolis, como visita turística ou para fixação de residência de quem busca melhor qualidade de vida é a paisagem da cidade. Paisagem esta que está sofrendo transformações significativas, principalmente nas últimas décadas, devido à ocupação desordenada do solo, consequência da ausência de um plano diretor qualificado que leve em consideração as potencialidades da paisagem.

Buscando expor as condições privilegiadas da paisagem e levando em consideração o crescente aumento da ocupação urbana da forma como vem sendo realizada, descaracterizando a natureza, desqualificando a cidade e gerando a perda do potencial turístico. O presente trabalho desenvolve um estudo de investigação da paisagem da Ilha de Santa Catarina através dos seus **mirantes**, expondo os valores de seu ambiente como **Patrimônio Paisagístico** a se preservar e evidenciar. O estudo se desenvolve através de esclarecimentos e análises da percepção da paisagem do sítio e apresenta direcionamentos que podem contribuir para o Plano Diretor da cidade de Florianópolis.

A Ilha é privilegiada por diversos mirantes distribuídos no seu território. É um local potencialmente caracterizado pela presença de situações visuais que são

¹ **O fenômeno do lugar – Cristian Norberg-Schulz.**

Schulz, teórico norueguês com interesse crescente pela fenomenologia desde a década de 60 até seu livro, *Architecture: Meaning and Place* (1988), vem desenvolvendo uma interpretação textual e pictórica das idéias de Martin Heidegger (1889-1976), baseando-se no ensaio do filósofo alemão “Construir, Habitar, Pensar”. Em *Intentions in Architecture* (1963), Schulz usou a lingüística, a psicologia da percepção e a fenomenologia para construir uma teoria abrangente da arquitetura. Entre elas aparece o conceito de **lugar**, termo concreto para se falar de ambiente, algo a mais que uma localização abstrata, além da substância material, forma, textura e cor, a “qualidade ambiental”, essência do lugar, a “atmosfera” que o envolve. Alguns fenômenos formam ambiente para outros. A “paisagem” é um fenômeno muito abrangente. A floresta é feita de árvores e a cidade é feita de casas.

enriquecidas por referenciais paisagísticos pertinentes aos enquadramentos focais da paisagem que compõem os famosos cartões postais da cidade.

Existem mirantes em diversas condições, alguns estabelecidos de maneira mais natural devido ao posicionamento do terreno e outros mais adaptados para servirem a este privilégio. Há os caracterizados para a visita já a longo tempo, são tradicionais na cidade e outros potencialmente expressivos e que ainda não são explorados para a visita por falta de acesso e planejamento. Há também mirantes nas passagens das vias, praticamente inexplorados e que fazem parte dos melhores visuais da cidade. Esse campo de atuação urbana está ainda para ser explorado.

O estudo da paisagem propõe uma espécie de guia no planejamento, na proteção das paisagens e na colaboração para os projetos urbanos e arquitetônicos, sugerindo uma postura paisagística como potencial de valorização e conservação do patrimônio paisagístico.

O intuito da presente dissertação é contribuir nas análises e propostas de projetos, não se delimitando apenas ao Plano Diretor e nas intervenções em espaços públicos, mas também direcionar uma mentalidade de sempre considerar o entorno em qualquer idéia para a intervenção no espaço, conduzindo o projetista a obter uma postura de considerar a natureza como inspiração criativa, abrindo a interação da paisagem com o projeto arquitetônico.

A cultura do projeto contemporâneo não estabelece uma tipologia da arquitetura adotada, porém defende a harmonia e o diálogo com o ambiente em que está inserida podendo estar de forma destacada ou não no entorno. Porém, há considerações das potencialidades paisagísticas como referência nos processos de intervenção urbana, os quais contribuem positivamente na evolução e transformação da paisagem da cidade. Tais potencialidades devem nortear as diretrizes do planejamento urbano levando em consideração também os projetos arquitetônicos nas diversas escalas que compõem a cidade.

A valorização da paisagem na arquitetura da cidade leva a considerações sobre o espaço não só como um produto de consumo, integrando o espaço público com o privado de forma respeitosa com os lugares, contribuindo qualitativamente para os mesmos e estabelecendo valores de significado através da imagem

A presença do espaço público esclarece ao cidadão comum, que pode não estar ligado diretamente com a produção do mesmo, mas que emite um juízo de valor, como para a conscientização dos projetistas em relação à interpretação dos sítios numa visão holística da cultura de projeto da arquitetura contemporânea, onde é visada a necessidade de interpretação na integração das novas edificações propostas com a paisagem existente. A idéia de que é importante não apenas pensar o espaço público como produto, mas também como processo, no qual outros atores sociais entram em cena, participando com suas percepções, valores, necessidades e desejos” (FELIPPE, 2002).

Segundo o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) que estabelece a revisão participativa de planos diretores, Florianópolis está atualmente neste processo, sendo imprescindível a inserção de considerações sobre o patrimônio da paisagem da cidade.

“O estudo da paisagem contribui no processo participativo da população na elaboração do Plano Diretor na compreensão das diretrizes, como também para os demais atores sociais com suas percepções, valores, necessidades e desejos. Como principal referência para diretrizes de projetos – é um instrumento privilegiado de um procedimento participativo de reflexão sobre o futuro de um território”. (GORGEU e JENKINS, 1995)

Como exemplo das leis da paisagem para aplicação prática em diversos locais no Brasil e no mundo, este trabalho desenvolve valores de consideração à paisagem de Florianópolis.

No Brasil há o exemplo da lei da paisagem criada para a cidade de São Paulo pelo arquiteto-urbanista Jorge Wilhelm, em 2001, durante a gestão da Prefeita Marta Suplicy. A lei da paisagem parte do pressuposto de que a paisagem é um bem

público e que, portanto, merece proteção (Folha de São Paulo, 5 de Janeiro de 2001 – Sérgio Duran).

Na França, a Lei da Paisagem de 1993, foi aplicada na cidade de Grenoble onde se procurou a conservação da paisagem natural do entorno da cidade devido a mudanças que ocorreram com a ocupação intensificada para moradia de pessoas que trabalhavam em cidades maiores (FELIPPE, 2002).

Outro exemplo significativo é a Lei da Paisagem de Hong Kong, que estabelece o mínimo de 50% de área verde nas coberturas dos prédios, o que ameniza o impacto visual da densidade da ocupação e da verticalização das edificações além de contribuir para o clima da região como regulador da temperatura, tornando-a mais agradável e com menos variações (reportagem TV Globo, 2006).

Um programa semelhante foi criado no Conselho Municipal de Rosário, Argentina, em 2007, denominado *Terrazas Verdes*, que funcionará no âmbito da Subsecretaria Municipal de Meio-Ambiente. A idéia é melhorar a qualidade do ar na área urbana, especialmente na zona central, promovendo o cultivo de espécies vegetais no topo dos edifícios, estratégia que será dirigida a consórcios e organizações (PEDRANA, 2007).

A metodologia aplicada no desenvolvimento deste trabalho está baseada na leitura e vivência *in loco* do sítio estudado, proporcionando a percepção da paisagem, o que levou à conclusão que ela é composta por **pontos de referência e eixos estruturais**.

Os assuntos se colocam de maneira crescente na abordagem do tema, partindo da escala mais ampla e conceitual sobre paisagem, depois aproximando-se para o cenário paisagístico da Ilha de Santa Catarina com enfoque histórico-cultural, logo na escala da cidade com colocações sobre o plano diretor de Florianópolis e diretrizes para os mirantes.

2 A PAISAGEM

2.1 AS VISÕES DA PAISAGEM ALÉM DOS MIRANTES



Figura 1: Estudo de Paisagem – Vitor Meirelles – foto do quadro, exposição MASC/2008.

Em busca de um ambiente agradável, o homem contemporâneo vem valorizando a importância da paisagem, preocupando-se não só com a paisagem vista dos mirantes, do campo ou da mata, mas também com a paisagem da cidade, no ambiente edificado, valorizando a memória do lugar, através do seu patrimônio histórico, natural e cultural; conjunto de elementos que formam a identidade do ambiente vivido, imaginado, materializado numa foto ou percebido sob diversas dimensões.

“A paisagem é, para além de outras coisas, algo para ser apreciado, lembrado e contemplado. Dar forma visual a uma cidade é um problema especial de design, um problema também recente. A cada instante existe mais que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir, uma composição de um cenário à espera para ser analisado. Nada se conhece a si próprio, mas em relação ao seu meio ambiente, à cadeia precedente de acontecimentos, à recordação de acontecimentos passados” (LYNCH, 1960).

Na investigação da sua origem, o termo paisagem está presente em diferentes campos de manifestações, como no desenho, com a representação pictórica de

lugares reais, na criação de jardins, nas citações literárias com descrição de paragens agradáveis, no aparecimento de *loggias* e **mirantes** para contemplar a paisagem. Portanto, o termo “paisagem” abrange qualquer cultura, é uma palavra que surge de uma maneira não concreta, porém é usada para se referir ao olhar.

Javier Maderuelo² (2006), pesquisador espanhol da paisagem em seu trabalho “El paisaje, gênesis de un concepto”, investiga a formação dos conceitos de diferentes culturas do termo paisagem, desde a sua origem até sua consolidação nos primeiros anos do século XVII, baseando-se na história e apoiando-se na lingüística, na fenomenologia, na hermenêutica, na antropologia, na geometria e na cartografia, sendo estes os dados que constroem a história da *mirada*, paisagem, como parte da história da cultura europeia.

“El paisaje, en cuanto medio físico, es “lo otro”, algo que se encuentra fuera de nosotros y nos rodea, pero en cuanto constructo cultural es algo que concierne muy directamente al individuo, ya que no existe paisaje sin interpretación.

El filósofo alemán Joachim Ritter lo expresaba así en 1962: “La naturaleza en cuanto paisaje es fruto y producto del espíritu teórico”.

El paisaje es, por lo tanto, algo subjetivo, es una interpretación “teórica”, una actividad “intelectual”, realizada sobre una realidad que viene determinada por la morfología de sus elementos físicos, pero en la que intervienen factores estéticos, que le unen a categorías como la belleza, lo sublime, lo maravilloso y lo pintoresco, así como a factores emocionales, que tienen relación directa con los estados de ánimo de quienes contemplan.” (MADERUELO, 2007.)

O nascimento e a consolidação do termo paisagem na Europa inicia com o aparecimento progressivo na pintura fazendo presença em diversos gêneros, e ampliando para os dias atuais em sub-gêneros muito estudados e conhecidos, onde cada vez mais podem surgir novos temas ao redor do assunto da paisagem.

² Javier Maderuelo, renomado pesquisador contemporâneo da paisagem, contribui na evolução dos conceitos e de intervenções práticas da arte pública inserida na paisagem como seu projeto de Huesca, Espanha, e também na investigação em intervenções artísticas inseridas no meio urbano.

Um exemplo significativo da história da pintura da paisagem foi a pintura panorâmica³ do Século XIX, iniciada com o irlandês Robert Baker em 1787. Depois de 30 anos começaram as maiores divulgações tornando-se o primeiro mecanismo de difusão da cultura de massa como arte de imersão no interior das rotundas⁴, instalação circular para a observação de painéis em 360°, proporcionando ao observador o mesmo ponto de vista do pintor (Coelho, 2007). As rotundas eram muito usadas no continente Europeu e depois passaram para outros lugares com exposições das companhias internacionais, na tentativa de produção para vender uma imagem de modernidade. Seguia-se a lógica de mercado capitalista da “cultura do espetáculo”, algumas rotundas cobravam ingressos para a entrada, era como “o cinema de antigamente ou a pré-história do cinema.”

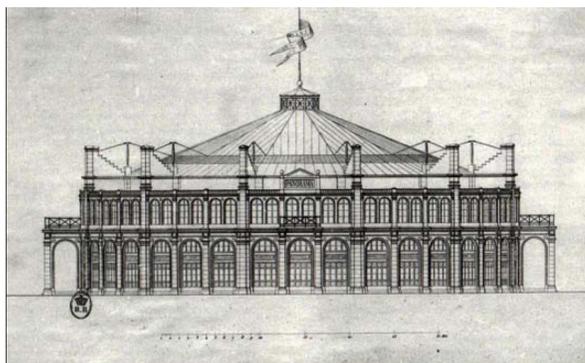


Figura 2: Fachada da rotunda panorâmica projetada por Hittorff e construído em 1842 nos *Champs Elysées*.

Fonte: Os Panoramas Perdidos de Victor Meirelles – Mário César Coelho

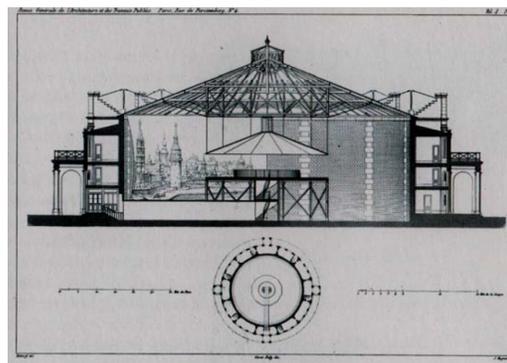


Figura 3: Corte esquemático e planta da plataforma do projeto do arquiteto Hittorff.

Fonte: Os Panoramas Perdidos de Victor Meirelles – Mário César Coelho

Além da pintura, a idéia de paisagem também surge em diferentes campos da criação artística e da comunicação, no exemplo da literatura inicialmente em alguns breves relatos de paisagem em forma de textos que aparecem com o termo paisagem. Uma das importantes referências que serve como marco é a **carta de**

³ Pintura Panorâmica – pintura realizada em telas grandes tendo como tema geralmente as batalhas e conquistas como também para retratar ambientes de lugares exóticos ao continente europeu principalmente no séc. XIX. Exemplos de pintores que relatavam as paisagens da ilha são: o florianopolitano Victor Meireles, o francês Prost, etc.

⁴ Rotunda – edificação de caráter temporário ou permanente para exposição de painéis pintados, depois ampliando o cenário com a inserção de instalações que saíam da pintura como esculturas de cera e outros.

Petrarca, escrita em latim em 26 de abril de 1336, em Malaucène, Mont Ventoux, para o augustino Dionigi da Borgo San Sepulcro, mestre de teologia e amigo de Petrarca. Contém um caráter de confissão pessoal descrevendo o andar e conhecer do entorno no percurso da uma viagem, procurando transmitir o que está sentindo, “com os olhos da alma”. Desta maneira esta obra introduz a paisagem na literatura ocidental.

Tanto na literatura, nas artes plásticas, na arquitetura e no urbanismo, o tema paisagem evoluiu em diferentes áreas de maneira paralela, isto possibilitou a autonomia sobre o tema em diferentes abordagens. Há crescentes considerações sobre o seu estudo na sociedade contemporânea.

2.2 UMA APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE PAISAGEM

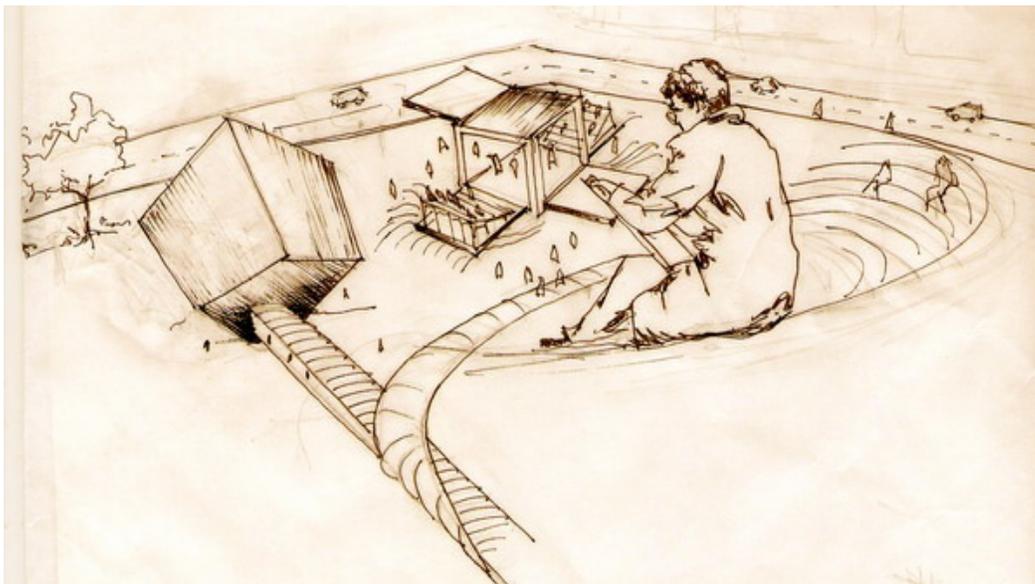


Figura 4: Desenho Livia – Croqui proposto para o Teatro de Natal.

Embora os temas relativos à paisagem tenham tido ampla abordagem tanto pelo Iluminismo como pela ação dos artistas do Romantismo no passado e agora no presente existe uma crescente retomada desta temática como foco das atenções dos artistas e historiadores de arte da contemporaneidade.

Nas últimas décadas os conceitos de paisagem têm sido alvo de discussões com o despertar da consciência ecológica na preservação ambiental e integração do homem com a natureza, na busca de qualidade de vida.

O termo paisagem é a cada dia assunto com maior recorrência na contemporaneidade, sendo tema freqüente em diversas áreas como a geografia, história, engenharia, filosofia, artes, paisagismo, arquitetura, urbanismo, entre outros. É crescente o número de matérias publicadas, pesquisas, encontros, colóquios, simpósios e debates sobre o assunto, envolvendo sempre a pluralidade de conhecimentos interdisciplinares, o tema ganha atenção na sociedade contemporânea.

Anne Cauquelin (2007), filósofa e autora de ensaios de arte e filosofia da atualidade, de Teorias da Arte e Arte Contemporânea. Em *A Invenção da Paisagem*. Ela discorre sobre o tema *paisagem* e seu processo de criação, o desenvolvimento do pensamento, construção e interpretação do termo assim como a interpretação deste como o equivalente à *natureza*. Discorre sobre a evolução e transformação do que envolve as percepções espaciais e de suas representações, decorrente a princípio da prática pictórica, mostrando a idéia de *paisagem*, a poética da representação do mundo e atualidade do tema e a importância da sua atenção.

“Tentei descrever em *A invenção da paisagem* pelo menos esse aprendizado da realidade do mundo por meio das experiências daqueles que nos cercam e legitimam para nós sua presença. Mostrando, paralelamente, o quanto este tecido de certezas é ao mesmo tempo frágil e resistente. Frágil, porque pode, a qualquer momento, aparecer como uma mentira; resistente porque as crenças nos nutrem, por assim dizer, e regulam reflexos e sentimentos... A paisagem, no caso que descrevi, estava inteiramente submetida às convenções pictóricas e literárias, exemplificada sob a forma de quadros, ela dependia, de algum modo, de certo estado de cultura. (...) No limiar de nossa pesquisa, uma surpresa nos espera. E de vulto. Na verdade, não voltamos a ela e a ela dificilmente retornaremos, Há quem tenha dificuldade em aceitar nisso e tente dar mil voltas à dificuldade: é que não há, entre os gregos antigos, nem palavra nem coisa semelhante, de perto ou de longe, àquilo que chamamos “*paisagem*”... Profunda estupefação em relação à nossa admiração secular por este céu e esta terra, as ilhas ao longe, as praias, as colinas áridas e as florestas delicadas, e a luz... A Grécia é isso. É possível que

nenhuma idéia de “paisagem” tenha sido formada, formulada, elaborada? Coisa aparentemente impensável. Contudo é isso mesmo. Para nosso grande desconcerto. (...) Não há dúvida de que a Natureza não figurada na forma de paisagem. Se ela aceitava ser representada concretamente, era em termos de ordenamento, de distribuição organizada. Potência atuante nos objetos animados e inanimados, a metáfora que se encarregava dela para torná-la inteligível era de ordem antropomórfica.” (CAUQUELIN, 2007, pág.15)

Com o objetivo de tentar se aproximar da definição do termo paisagem, a investigação do conceito de paisagem de Javier Maderuelo citada em seu livro “*El Paisaje – genesis de un concepto*” (2006). Segundo o dicionário da Real Academia Espanhola *paisaje* é definida como a “a extensão do terreno que se vê num sítio”, referindo-se a idéia de que paisagem não se contém apenas em um objeto que se contempla como também ao olhar de quem está contemplando; não está somente em algo que está adiante, mas sim do que se vê.

Também do autor acima citado, nas descrições de paisagens, são precisamente nas vilas onde estão as condições de se ter o discernimento das diferenças entre os vários países – os que começaram a identificar o caráter ou as características de um país através de suas *pais-sagens*.

Nos dicionários da língua portuguesa, Aurélio e Housaiss, por exemplo, encontram-se definições da palavra paisagem que incluem: espaço de terreno que se abrange num lance de vista; pintura, gravura ou desenho que representa uma paisagem natural ou urbana; extensão de território que o olhar alcança num lance; vista, panorama.

Na investigação dos conceitos de paisagem, há uma descrição mais clara da definição do termo, uma vez que tal vocábulo admite inúmeros significados que, sutilmente, se imbricam, se superpõem, se interpenetram (TABACOW, 2002).

2.3 A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM



Figura 5: foto do autor.

“Cego é quem vê só até onde a vista alcança” (Antônio Candeia Filho) – este verso popular de um sambista expõe que o que vemos é apenas uma parte do sentido da percepção do espaço porque podemos ver além da visão. Alguns elementos físicos como as montanhas, os vales, os rios, os bosques, podem ser representados por mapas, desenhos, fotografias. No entanto, a experiência da vivência no local pode e deve ser interpretada através de todos os sentidos da percepção para que seja completa (sendo uma visão subjetiva, pois depende da sensibilidade de cada indivíduo).

No campo da geografia existem muitas opiniões comuns que se referem à natureza do termo *paisagem* ou sobre as transformações que lhe ocorrem devido a alterações com bases em quantitativos ou qualitativos, fornecendo informações sobre diferentes países, como parâmetro para estabelecer a definição do termo. Isto representa uma importante seção da realidade em diversas áreas de estudo como, na botânica,

geologia, etc. São campos de conhecimento universalmente reconhecidos como estando vinculados com grandes categorias de fenômenos. Entretanto o fato é que o assunto paisagem, que envolve diversos fatores subjetivos da avaliação perceptiva dos fenômenos existe muito antes do nome ter sido criado.

A paisagem, além de ambiente físico, sugere uma série de idéias, pensamentos, sensações e sentimentos a partir de um lugar que tem características próprias, criando a identidade do espaço. Muitas vezes o conceito de paisagem pode parecer um pouco abstrato, porque varia de acordo com as circunstâncias, com as variantes da percepção dos sentidos e de ocasiões diferentes, que também variam para cada pessoa. Existem múltiplos olhares para uma mesma paisagem.

“Para a compreensão da paisagem, deve-se entender o que se vê, adestrar-se, desinteressar-se pela estética, deve-se entender “uma finalidade sem fim”. Resultado de uma contemplação, sem nenhum fim lucrativo ou especulativo, somente pelo prazer de contemplar, estimulando assim os sentidos”.

“Mas o que é uma paisagem? Uma paisagem é um espaço onde tem lugar a vida humana. Por isso não é um espaço isomorfo, matemático, mas um ‘espaço vivido’ entre terra e céu. Em *O ser e o tempo*, Heidegger assinala que ‘o que está dentro do mundo está dentro do espaço’ e explica a concretude deste espaço por referência ao acima, ao que está no teto, e ao abaixo, o que está no chão. Heidegger menciona também o nascer do sol, o meio dia, o pôr do sol e a meia noite, que associa as regiões da vida e da morte.”

(NORBERG-SHULZ, 1963)

No que se refere ao olhar do arquiteto no estudo da paisagem, o seu ponto de vista destina-se a desenvolver uma proposta ideológica para a prática executiva no uso do espaço, envolvendo a criação de algo novo diante de situações pré-existentes. Existe uma pesquisa na busca do conhecimento de subsídios para a formulação do partido arquitetônico, onde se busca informações sobre as transformações geográficas da paisagem para uma constante re-examinação de propostas do espaço e seu uso.

“As construções colocam a terra, ou seja, a paisagem habitada, perto do homem e ao mesmo tempo coloca sob a vastidão do céu a dimensão de vizinhança.”
(HEIDEGGER)

É muito interessante e útil a busca da observação para a compreensão das relações espaciais e sobre o que elas se referem aos aspectos morfológicos da paisagem e nos demais sentidos da percepção, estabelecendo assim noções de limites e qualidades proporcionadas por um determinado lugar. As percepções do espaço e suas evoluções no sentido de esclarecer as relações proporcionadas através da observação dos fenômenos da natureza e de suas possibilidades.

O estudo baseado na fenomenologia, influente escola de pensamento entre os arquitetos contemporâneos como Tadao Ando, Steven Holl, Clark e Meneffe, Peter Waldman, entre outros, esclarece a relação dos fenômenos, dos lugares e de seus significados como referência prática na elaboração de projetos. Usada como “ferramenta de interpretação” para o arquiteto na percepção espacial que interpreta sinais, formas, planos, linhas entre outros que contribuem para a criação. Desta forma o projetista pode evidenciar ou não de determinados aspectos do sítio em questão que conduzem uma leitura do espaço, assim como para a interpretação propositiva. Esses são alguns aspectos da percepção do sítio que podem ser citados para a realidade do campo projetual, indicando questionamentos em relação ao conjunto dos elementos da natureza que podem estar de maneira explícita ou não, mas que não fogem da percepção do momento em que se vive o espaço.

Edmund Husserl (1859-1938) define inicialmente a fenomenologia como uma investigação sistemática da consciência e de seus objetos. Segundo Schulz, no estudo de Husserl, existe a interpretação do potencial fenomenológico na arquitetura como a capacidade de dar significado ao ambiente mediante a criação de lugares específicos, ele introduz desta forma, um conceito de referência para a fenomenologia, sendo a expressão “espírito do lugar”, baseada no conceito romano do **Genius Loci**. Assim interpreta o conceito de habitar como estar protegido ou em paz, que remete ao sagrado e evidencia a importância de certos elementos arquitetônicos como a parede, o chão ou o teto, que são percebidos como horizontes, fronteiras e enquadramentos da natureza.

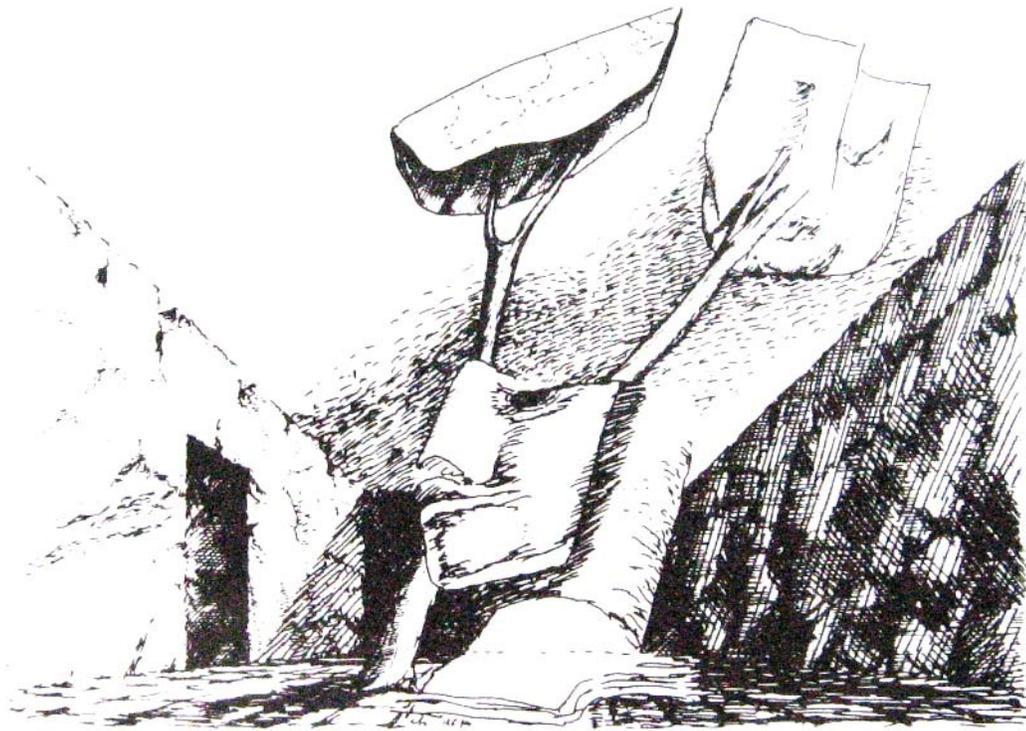


Figura 6: Ilustração de Rob Krier, 1991.

2.4 OS MIRANTES COMO REVELAÇÃO DA PAISAGEM E DA ARTE

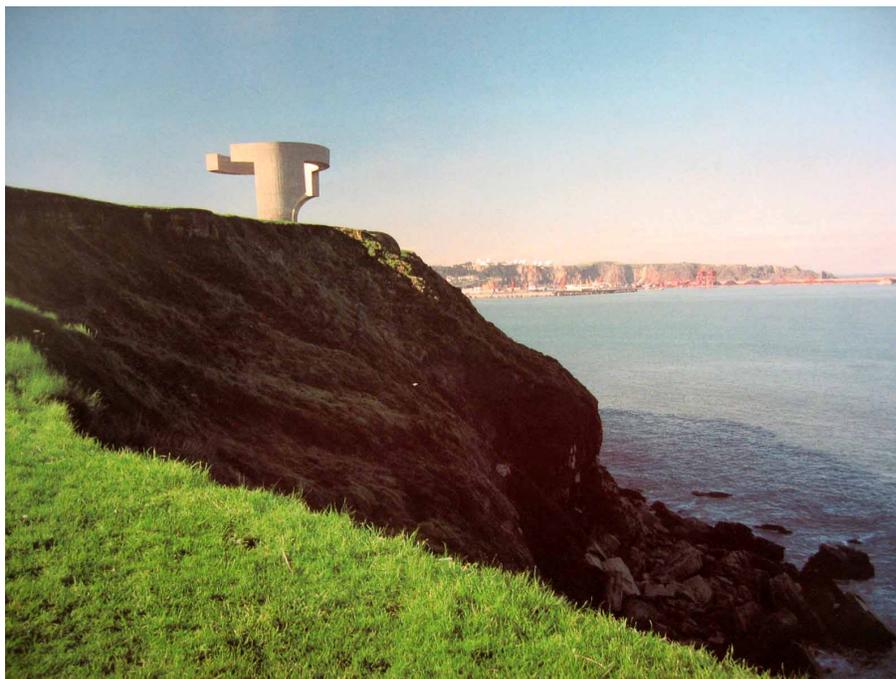


Figura 7: Mirante Elogio del horizonte, obra de Chillida na cidade de Gijón em Cerro de Santa Catalina, Espanha.

Os mirantes são espaços públicos que proporcionam potencialmente a manifestação da arte que pode interagir de diversas formas, em diferentes escalas na relação com a paisagem. Transmitem assim o ‘teor’ cultural do lugar¹ onde estão a contracenar com elementos da natureza, com as construções, os transeuntes, os sons, entre outros sentidos da percepção que revelam ‘toda a paisagem’.

A paisagem, tanto de algumas cidades como de países, tem seu suporte cultural transmitido através da imagem de seus mirantes que compõem o espaço da cidade como elemento construtivo de arte pública. Há grandes exemplos de mirantes pelo mundo que simbolizam os lugares, que são geralmente pontos significativos de visitação turística, como o Cristo Redentor (eleito como sétima maravilha do mundo) e o Pão de Açúcar na cidade do Rio de Janeiro; a Torre Eiffel em Paris, a muralha da China, a CNN Tower em Toronto, a estátua da Liberdade em Nova Iorque, entre diversos outros exemplos.

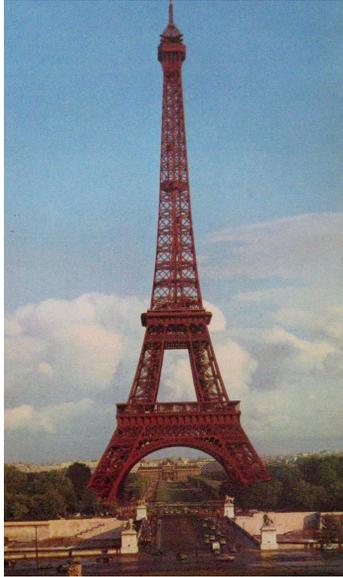


Figura 8: Torre Eiffel – Paris

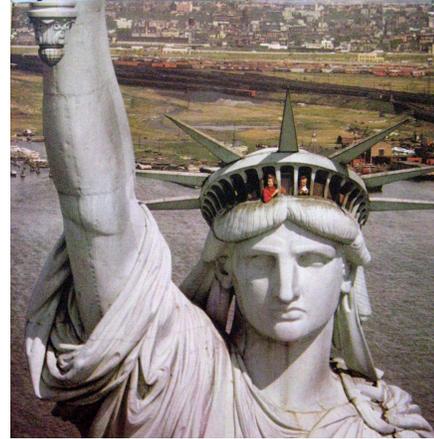


Figura 9: Estátua da Liberdade

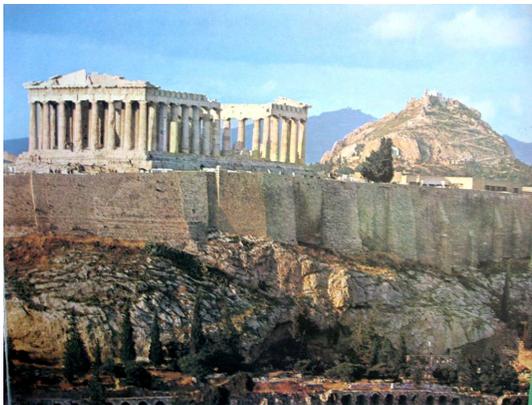


Figura 10: Acrópole – Atenas.

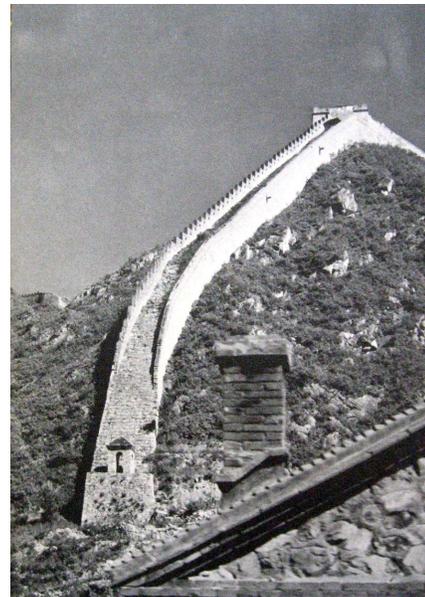


Figura 11: Muralha da China.

Os mirantes ‘sinalizam’ a paisagem da cidade e da natureza, devido ao fato de propiciarem pontos referenciais de orientação perceptiva no espaço. Conseqüentemente, são locais que contribuem significativamente para a formação da “imagem do lugar”, pois evidenciam as características da região onde se encontram.

Como local privilegiado para apreciação da paisagem visual, os mirantes tornam-se “campo fértil” para a arte pública. Intervenções criativas podem enaltecer o caráter simbólico destes pontos referenciais, tanto da paisagem oferecida no próprio local como também da sua observação de outros locais, permitindo dessa forma, a

criação de simbologias em marcos visuais pertencente à cultura de uma determinada região.

O arquiteto César Floriano em sua tese apresenta referências sobre conceitos de arte pública, esclarecendo a ligação entre arte, arquitetura e urbanismo e a expansão das diferentes artes no espaço público. Com base na obra de Camillo Sitte, Floriano menciona que o maior desenvolvimento sobre o tema da arte inserida no meio urbano ocorre nos finais do século XIX, no livro “A construção das cidades segundo princípios artísticos” (1889). Voltando a atenção sobre a estética urbana e o desenho da cidade, este livro influenciou a escola de urbanismo da França em 1914, chamada de Escola Superior de Arte Pública que passou a chamar-se “Escola de Altos Estudos Urbanos da Universidade de Paris”. A partir daí o desenho das cidades nas primeiras décadas e a Escola de Amsterdam, buscaram um desenho com princípios baseados na estética urbana para a cidade e a arquitetura.

Durante a contribuição da “vanguarda russa”, onde a partir de uma proposta de atuação revolucionária teria se desenvolvido o conceito de “arte na rua”, com versões influenciadas por correntes artísticas “construtivistas” a “dadaísta”, propondo assim uma nova idéia de arte para os espaços públicos e reforçando a idéia do artista criador de uma nova realidade: o artista construtor. Isto foi apoiado pela revolução comunista de 1917. Publicações em revistas pela comuna como a frase: as ruas são nossos pincéis, as praças são nossas paletas, de Mayakovski, “A arte na rua” fazem parte do “Plano de propaganda monumental”, integrando-se aos manifestos artísticos nos dias comemorativos e nos grandes festivais unificando a arte no espaço público com o teatro, a dança, a pintura, a música, a escultura e a arquitetura. Num segundo momento, das manifestações artísticas das festividades revolucionárias, começaram as intervenções monumentais como o exemplo da Torre de Tatlin, monumento com grande difusão, porém não foi implementado (FLORIANO, 1999).



Figura 12: Torre de Tatlin.

Atualmente existe uma tendência na retomada sobre os valores artísticos nas concepções dos espaços públicos e na criação da arquitetura e das cidades segundo princípios artísticos para a qualificação do meio urbano, tema este levantado por passagens históricas. O pesquisador Javier Maderuelo cita em sua pesquisa da evolução histórica da arte pública no continente europeu:

“Na Europa, logo depois da segunda grande guerra, leis de incentivo foram criadas para implantar a arte pública com o objetivo de marcar uma identidade e caráter aos lugares. A primeira lei surge na França, quando o Ministério de educação passou a destinar 1% do orçamento das construções escolares para a obra de arte integrada à arquitetura. Este modelo se espalhou para o restante da Europa e se expande a outros ministérios como o de estradas e obras públicas.” (MADERUELO, 2000).

Como exemplo do que aconteceu no continente americano nos finais dos anos 60 os escultores norte americanos expandiram o campo da escultura para a categoria do sublime procurando aproximar as idéias de intensidade, infinidade, obscuridade, silêncio de suas obras, dando origem a um gênero que conhecemos como *earth works*⁶. Estes trabalhos são realizados em locais geralmente degradados e têm o objetivo em transformar tal aspecto utilizando a escala da paisagem e o território como material para a intervenção.

“A partir do final do ano de 1950, especialmente nas décadas de 60 e 70, os artistas passam a se valer da paisagem - estendida aqui enquanto contexto em seus múltiplos significados – como condição de elaboração e lugar de apresentação de suas obras. Procuram investigar e, freqüentemente, agir nas camadas históricas, sociais e simbólicas do ambiente urbano” (FREIRE, 2000).

Assim alguns artistas interagem na paisagem utilizando o próprio solo como matéria-prima para a elaboração e confecção de formas, volumes, linhas entre outras maneiras de expressão da arte, onde o território passa a ser modelado como escultura. Para tais intervenções a concepção artística busca a interpretação do “espírito do lugar” que fortalece o caráter formal e simbólico da paisagem.

O movimento das expressões artísticas das *earth works*⁶ e *land arts*⁷ que iniciaram suas intervenções pelas décadas de 60 e 70 também tem forte presença na atuação em terrenos residuais como locais degradados, lixos urbanos e outros que pedem melhores condições e planejamentos perceptivos. São exemplos representados nas obras de Robert Smithson, Richard Long, Walter Maria, entre outros dos artistas da *Land Art*.

“Fazendo linhas em desertos, talhando montanhas como se fosse bosques de pedra, plantando campos de raios para se observar o efeito ameaçador da natureza. Se envolveram ilhas, se modelou o solo com as formas mais incríveis e se alterou a silhueta das costas – estas são muitas das ações realizadas entre 68-73, difundidas em livros, revista de artes, exposições e filmes gerando poderosas imagens inspirando paisagistas e sugerindo desenhos novos para o paisagismo determinado a converter-se num estilo” (Floriano, 2002)

Muitos artistas deste passado recente proporcionaram a vanguarda da arte/natureza e atuam influenciando as tendências da arte contemporânea que está cada vez mais integrada no cotidiano dos cidadãos, atuando nas revitalizações urbanas e rurais, contribuindo desta maneira para dar significado ao lugar.

6 – *Earth works*: movimento artístico relacionado a arte e a paisagem com maior atuação nos Estados Unidos da América, sendo suas principais intervenções a qualificação de áreas degradadas

7 - *Land arts*: Intervenções artísticas com o mesmo intuito de arte relacionada a paisagem como as *earth works*, no entanto com maior atuação na Europa.



Figura 13: Parque mirante na Suíça, lago *Blindsee*.



Figura 14: Obra de arte por Chillida.



Figura 15: Instalação por Armajani.



Figura 16: Parque mirante na Suíça, lago *Blindsee*.

Desta maneira os mirantes se colocam numa posição de destaque para a arte, pois além de simbolizar o caráter do lugar, trazem consigo sempre a imagem do aspecto cultural como símbolo ou marca da cidade ou região.

3 A ILHA DE SANTA CATARINA COMO CENÁRIO PAISAGÍSTICO

3.1 A PAISAGEM HISTÓRICA



Figura 17: Ilustração - La Pérouse – *Costume of St. Catherine's of the Brasils*.

“À medida que o homem se defronta com a natureza pelos mais variados motivos e a modifica de alguma forma, ocorre entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnica, etc. Cada pessoa, cada objeto, cada relação é um produto histórico. Assim como a produção humana há a produção do espaço, da paisagem, sendo esta o resultado de todo um contexto histórico na qual está inserida. Contexto esse representado pelas diferentes formas materiais e técnicas de produção.” (LANDIM, 2001).

A paisagem da Ilha de Santa Catarina tem como uma de suas principais características referenciais a natureza e ao longo dos tempos sempre esteve presente como um dos elementos mais significantes na imagem do lugar.

Os mirantes sempre tiveram presença marcante nos registros dos pintores da antiguidade e da contemporaneidade da Ilha, evidenciando sempre o caráter do lugar que traz a natureza como o aspecto mais significativo.

A natureza abrange diversos aspectos da simbologia e da interpretação do lugar, inserido-se ora como pano de fundo, ora como elemento principal na referência simbólica da cidade em conjunto, como os morros e a possibilidade de suas “miradas”. Atua também como testemunho histórico e cultural, indispensável em diversos aspectos.

A morfologia geral da ilha é caracterizada por um maciço montanhoso estendendo-se longitudinalmente (sentido norte-sul) ao longo da porção central, dividindo a área costeira voltada para o mar da área das baías que estão voltadas para o continente.

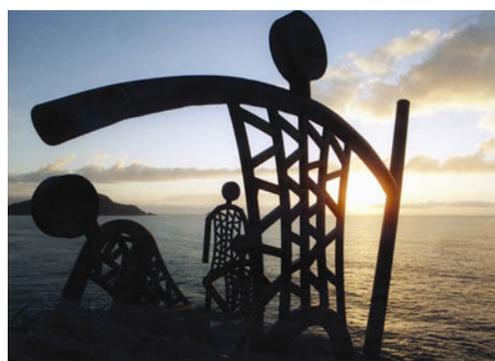
A Ilha era chamada pelos indígenas de Meiembipe, que significa em Tupi-Guarani “montanha que nasce do mar ao longo de um canal”. Tal configuração compõe a paisagem da região como um marco referencial geográfico e histórico, proporcionando uma localização estratégica de referência na passagem dos viajantes e que levou à participação de importantes fatos da história do continente sul-americano.

A paisagem da Ilha é composta fortemente pela natureza como montanhas, mangues, dunas, lagunas, rios, praias e diversas baías, favoráveis à função portuária. Transformou-se nas primeiras décadas do séc. XVI como território idílico para os navegantes europeus, principalmente para os marinheiros espanhóis e para os piratas ingleses, que buscavam abastecer-se de provisões, manutenção das embarcações e descanso dos viajantes, servindo como referência de paragem neste trecho do Atlântico Sul. Em 1516, os espanhóis foram os primeiros a ocuparem a Ilha como porto estratégico, nas expedições para o Rio da Prata, principalmente durante o período da fundação da cidade de Buenos Aires. A Ilha então desempenhou um papel importante na reparação e abastecimento das embarcações, sendo abandonada após a consolidação da cidade de Buenos Aires, perdendo sua importância até a ocupação dos portugueses, que fundaram a Vila Nossa Senhora do Desterro, em meados do século XVII.

Originalmente a Ilha era habitada predominantemente pelos índios Carijós, que tinham o domínio de ocupação da Ilha e estabeleciam uma relação moradia semi-

nômade e extrativista e utilizavam referenciais da natureza para se orientarem, como as pedras dos costões, morros, entre outros elementos da paisagem.

As evidências da presença dos antigos habitantes fazem parte da paisagem da Ilha, como as inscrições rupestres e oficinas líticas encontradas em alguns pontos margeando os costões. Tais evidências do passado histórico-primitivo contribuem de forma significativa na formação da paisagem cultural na contemporaneidade, sendo atualmente exploradas nas artes plásticas, temas musicais, entre outros.



Figuras 18 e 19: Inscrições rupestres e arte pública no Costão da Praia do Santinho.

Com o início da ocupação urbana pelos portugueses em 1651, a Ilha foi ocupada como local estratégico para a expansão dos investimentos coloniais de Portugal, com a pretensão de abrir os limites do Tratado de Tordesilhas, estabelecido com a Espanha, havendo investimentos econômicos na região, como a monocultura da cana-de-açúcar e o extrativismo vegetal, principalmente pau-brasil, já que não havia extrativismo de metais preciosos (ouro e prata).

A partir do ano de 1748 a Coroa Portuguesa fez grandes investimentos para a colonização: enviou cerca de seis mil imigrantes portugueses da ilha dos Açores e tornou o local uma fortificação militar, nomeando a Ilha como a capital da província de Santa Catarina.

Devido ao fato da Ilha apresentar uma condição de relevo bastante “acidentada”, sua ocupação ocorreu de maneira geral “espalhada”, distribuída linearmente ao longo das encostas e dos pés de morro.

A formação da cidade colonial configurou-se de maneira polinucleada. As atividades comerciais e político-administrativas dispuseram-se na parte central da ilha, na porção oeste insular mais próxima do continente, no estreito divisor das baías norte-sul. Os demais distritos da cidade colonial voltaram-se mais às atividades agrícolas e pesqueiras, comunicando-se entre si por caminhos do interior da ilha e por vias marítimas.

A configuração da parte central da cidade seguiu o plano da carta régia de D. João V, na “Carta das Índias”, que normatizava o desenho urbano de ocupação das cidades coloniais portuguesas, definindo o traçado das ruas de dimensões regulares e ortogonais. O espaço era hierarquizado na cidade com uma praça central, configurada por edifícios do governo, a igreja e os prédios comerciais.

A praça central, o “Largo da Matriz” (hoje praça XV ou Praça da Figueira), forma o conjunto de edificações com maior tratamento arquitetônico, de caráter monumental da época, com a igreja, o palácio do governo e a casa de câmara e cadeia são elementos que caracterizam o panorama urbano na paisagem da Ilha através dos tempos, como o lugar onde se desenrola a vida urbana da cidade, até os dias atuais. Esta configuração da cidade se dá apenas na área central, pois nas demais localidades da Ilha a ocupação aconteceu de maneira “espalhada” formando uma inserção polinucleada e dispersa no território, fato estruturante na formação do caráter da cidade. Como exemplos desta configuração urbana existem as primeiras ocupações: os bairros de Santo Antonio, Ribeirão da Ilha, assim como outras freguesias espalhadas ao longo das linhas litorâneas.

Em 1822, com a independência do Brasil de Portugal, a Vila do Desterro é elevada à categoria de cidade, expandindo as atividades mercantis e portuárias com a abertura dos portos às nações amigas, conseqüentemente fortalecendo a burguesia comercial promovendo um maior desenvolvimento da cidade.

Os portos da Ilha forneciam gêneros de primeira necessidade para o abastecimento de embarcações que viajavam no Atlântico-Sul geralmente vindos do Rio de Janeiro, seguindo para Buenos Aires, compondo a base da economia da região até a metade do século XIX.

Após a metade do século XIX houve uma mudança no quadro econômico do estado de Santa Catarina com a vinda de outros imigrantes europeus (italianos, poloneses, austríacos e alemães) para colonização do estado, dinamizando de forma crescente as atividades desta região contribuindo de maneira expressiva para formação da paisagem contemporânea da região da atual Florianópolis.

No presente, o patrimônio paisagístico da ilha de Santa Catarina é um dos principais motivos de atração de pessoas para o local, tanto para o turismo como para fixação de residência. Tem sofrido transformações significantes, causada pela ocupação do solo de maneira desordenada na ausência de um plano diretor qualificado que leve em consideração as potencialidades do sítio.

É necessário que se preserve as condições naturais que são potencialmente privilegiadas visualmente para a observação e percepção da paisagem como “*patrimônio da paisagem da cidade*”.

3.2 A EVOLUÇÃO DA PAISAGEM

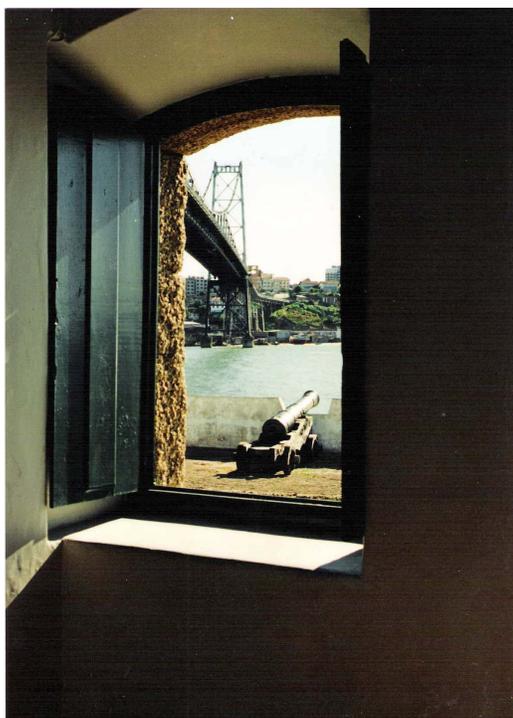


Figura 20: foto do autor.

“A simulação de cenários de evolução da paisagem representa um meio de sensibilizar os políticos sobre a emergência de uma noção patrimonial e a incitá-los a atitudes de responsabilidade e de engajamento sobre o futuro da paisagem.” (WILHEIM, 2003)

A cidade de Florianópolis é a grande responsável pela transformação da paisagem na Ilha de Santa Catarina. Por este motivo propiciou aspectos singulares a esta cidade inserida num ambiente tão diferenciado.

Os mirantes são importantes locais que configuram referência na composição da paisagem com o tempo, porque possibilitam a percepção de elementos que marcam a evolução da paisagem. A paisagem vista dos morros e dos mirantes naturais que sempre existiram na história da ilha, na atualidade, na memória, em registros dos pintores da paisagem, em relatos verbais, entre outros.

Até o início do século XX a Ilha mantinha uma intensa relação urbana com o mar, pois além do traçado urbano que se estendia até a borda d'água, havia as embarcações que eram o principal meio de locomoção de pessoas e mercadorias, o que reforçava a imagem de uma cidade marítima.

Com a construção da ponte Hercílio Luz, esta passou a ser o elemento de destaque na imagem e simbologia da Ilha, tornando-se o principal marco referencial, cartão postal da cidade de Florianópolis, imagem que soma valor estético para a cidade em conjunto à natureza, passando a constituir um dos principais mirantes da cidade.

Inaugurada em 1926, a ponte viabilizou o início da ocupação automobilística na Ilha, estabelecendo assim uma nova porta de entrada, agora não mais pelo mar com as embarcações, mas também por cima do estreito, de carro.

A ponte possibilitou para a cidade novas diretrizes urbanas, baseadas na expansão do sistema viário para automóveis, assim como a intensificação da ocupação do interior da ilha, “aonde vai o asfalto, vai a ocupação”.

“A ilha de Santa Catarina, com suas belas paisagens visuais e culturais, apresenta uma identidade e um caráter que a diferencia de todas as outras cidades litorâneas. No entanto, a rápida descaracterização dos referenciais paisagísticos, a inoperância política e a falta de incentivo na criação de novos referentes, têm aproximado a imagem urbana da ilha a todas as demais grandes cidades. A ilha constitui um cenário propício à implantação de obras de arte pública, obras que estabeleçam um diálogo com o lugar e contribuam com a valorização tanto da

paisagem visual como cultural. A cidade deve promover e acolher as distintas manifestações artísticas com inserção no espaço público, tanto as de caráter efêmero como as permanentes.” (FLORIANO, 1999).

Até a década de 90, Florianópolis era procurada principalmente como destino turístico durante o verão. Nos últimos anos, no entanto, a cidade tem sido procurada também como uma boa alternativa para fixação de residência, dado que ainda não possui os problemas inerentes das grandes cidades, como a violência e a poluição urbana.

Como consequência deste novo movimento de ocupação da Ilha, existe uma valorização no mercado imobiliário, sem se oferecer uma infraestrutura tampouco o planejamento necessário a favor de uma ocupação não predatória em relação à paisagem – “o planejamento sem planejamento”.

A ocupação crescente da Ilha para moradia e o turismo sazonal ameaçam as características da paisagem, modificando o ambiente natural do lugar. Tal fato deve-se à falta de planejamento e infra-estrutura urbana para receber tal fluxo de pessoas e também com a saída de pessoas locais que dão lugar aos novos habitantes com maior poder aquisitivo, perdendo-se assim características culturais.

O acesso à Ilha é bastante facilitado devido à proximidade da BR-101, sendo inevitável o aumento do fluxo viário e conseqüentemente ocupação, que será agravada com o término das duplicações da BR-101 no sentido sul e pela ampliação prevista do aeroporto internacional de Florianópolis.

Levando-se em consideração que o ambiente da ilha apresenta-se de forma delicada e sensível às intervenções em seu espaço, devido à natureza e seus limites salientes, terra e mar, qualquer alteração no ambiente é facilmente percebida e conseqüentemente leva a rápida descaracterização da paisagem.

3.3 PATRIMÔNIO DA PAISAGEM – NATURAL, CULTURAL E DA MEMÓRIA



Figura 21: A ópera “O Guarani” – Largo da Matriz. Foto do autor.

“A memória é a origem da poesia.”
(HEIDEGGER)

Com o despertar do conceito de patrimônio é fortalecido o movimento de conscientização dos elementos significativos da cultura, que representam referenciais de um local ou de um povo. A preservação do patrimônio começa a ser viabilizada como valor cultural através de tombamentos de edificações, parques e diversos outros bens culturais que são julgadas com valor de patrimônio.

No Brasil estas considerações vieram principalmente depois da década de 20, com a criação do IPHAN, incentivado principalmente por Mário de Andrade, onde foram tombadas edificações históricas e criadas poligonais delimitando sítios históricos.

A paisagem natural da Ilha de Santa Catarina deve ser considerada como patrimônio da cidade de Florianópolis, viabilizando a conservação da natureza como patrimônio da paisagem e possibilitando a inserção da infra-estrutura necessária da cidade de maneira harmônica.

Levando-se em consideração que as construções, a ampliação do sistema viário, o crescimento da cidade são inevitáveis e carecem de demanda com intervenções mais integradas da cidade com a natureza presente, pode-se oferecer desta maneira às novas intervenções urbanas uma alternativa mais adequada com o sítio, contribuindo com a paisagem cultural do ambiente da Ilha de natureza exuberante.

“A percepção do tempo, do espaço e da natureza muda com a evolução cultural, o que exige a procura de novas formas de organização do território que melhor expressem o universo contemporâneo, formas que capturem o conhecimento, as crenças, os propósitos e os valores da sociedade.” (LAURIE, 1983).

Florianópolis ganhou o apelido de “Ilha da Magia”, referindo-se não somente as suas características das belezas da paisagem natural, mas também de sua ligação com as lendas da cultura popular evidenciadas principalmente na obra de Franklin Cascaes, que ilustrou a paisagem cultural dos antigos moradores da Ilha através do boi de mamão, lobisomem, boi-tatá, entre outros.

Tal termo atualmente é utilizado como “refrão” ou “slogan comercial” na economia local, baseada no turismo e na especulação imobiliária, processo este que proporciona de certa forma a descaracterização de grande parte da paisagem cultural.

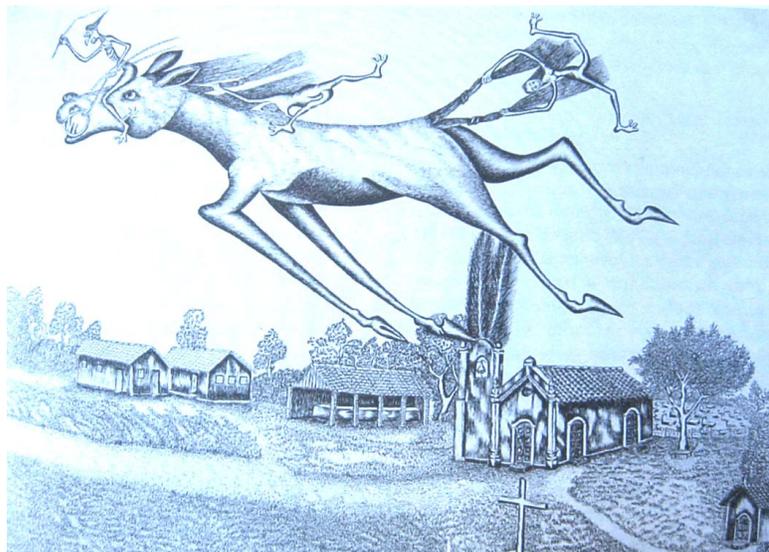


Figura 22: “Mulheres Bruxas Atacam Cavalo” – O Fantástico na Ilha de Santa Catarina - Franklin Cascaes.

Florianópolis é bastante expressiva culturalmente, sendo apresentada não somente pela importância de sua paisagem natural presente na vivência do espaço da cidade, suas representações, mas também por caracterizar-se pela diversidade das origens da colonização. Tal diversidade propiciou um ambiente fértil para a criatividade, sendo significativa em manifestações culturais.

“El paisaje es un constructo, una elaboración mental que los hombres realizamos a través de los fenómenos de la cultura. El paisaje, entendido como fenómeno cultural.” (MADERUELO, 2006).

A noção de patrimônio é importante, pois cria a consciência coletiva tanto dos habitantes como dos visitantes para a conservação do “jardim natural da Ilha” além de ampliar as considerações históricas do local.

A paisagem da Ilha de Santa Catarina traz características peculiares no seu patrimônio paisagístico-cultural, pois ainda conserva nas atividades de sua ocupação aspectos do ambiente rural e urbano numa mesma paisagem. Pode ser denominado como “**RURBAIN**” – termo usado na França que mistura rural com urbana. Fazendo ainda parte do cenário das ruas da cidade cenas como, o homem andando com sua vaca, cavalos, carroças, o nativo passeando com a gaiola de passarinho, entre outras.



Figura 23: Aspectos “Rurbain” – urbano x rural no aterro da via expressa sul.
Foto do autor.

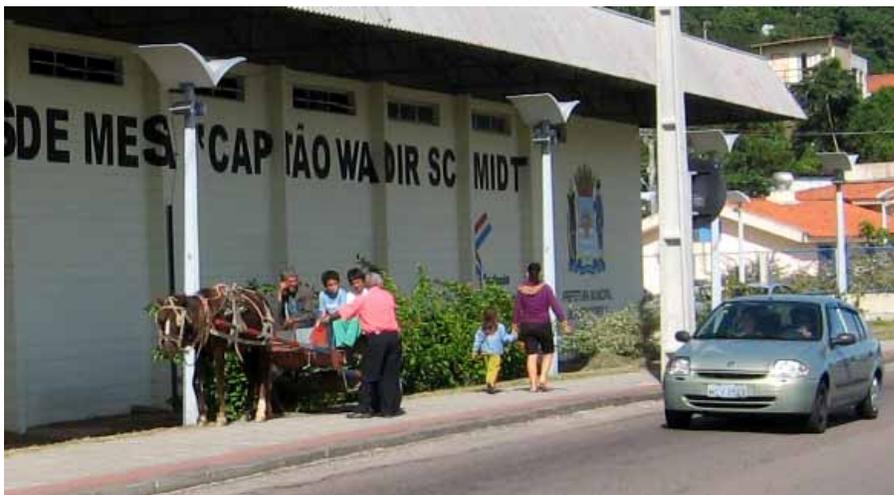


Figura 24: foto do autor.

Existem alguns pontos significativos que fazem parte da paisagem da memória da cidade e são lugares que contracenaram em histórias do cotidiano passado, porém ainda permanecem vivos nas recordações dos antigos habitantes, nas fotografias, pinturas, filmes, entre outros recursos de documentários.

A memória do **Miramar** é algo marcante para a cidade, pois aquele local participou intensamente do convívio social da cidade, onde as pessoas se reuniam para beber, conversar e também contemplavam a paisagem à beira mar. Servia como referência de ponto de encontro. Após o aterro da baía sul foi destruído, ficando apenas nas

fotos antigas e na lembrança dos que freqüentavam o local. O Miramar faz parte da cultura da cidade.

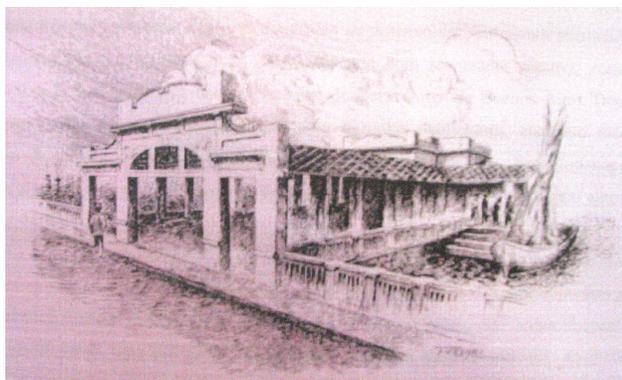


Figura 25: Trapiche Miramar 1930 por Domingos Fossari.

A Ponta do Coral, edificação onde funcionava um antigo armazém de produtos que chegavam por mar, ficou em ruínas por muito tempo, mas o local era visitado por transeuntes da Beira Mar Norte, que ali tinham a possibilidade de um passeio à beira mar, fora da margem da autopista. Era uma referência na paisagem da beira mar como um marco visual na área de lazer. Foi destruído sem um propósito claro, talvez pela pretensão de ocupar a área para a construção de um empreendimento hoteleiro.



Figura 26: Ponta do coral – foto do autor.

O desenvolvimento do estudo do patrimônio da paisagem da Ilha de Santa Catarina tem fundamental importância no levantamento das potencialidades paisagísticas locais e pode servir como referência para o planejamento urbano, ajudando na elaboração das diretrizes a serem consideradas pelo plano diretor do município em questão.

3.4 OS MIRANTES COMO REFERENCIAIS CENOGRÁFICOS DA ILHA DE SANTA CATARINA

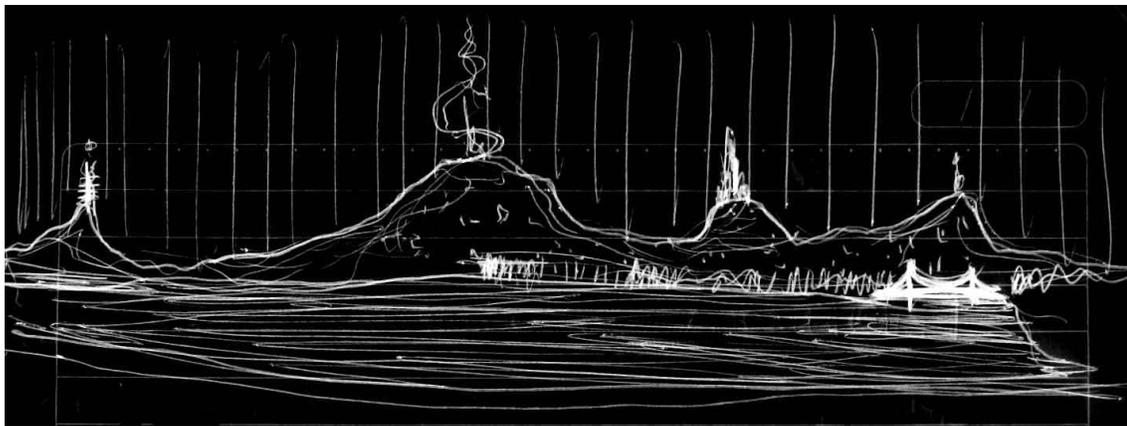


Figura 27: desenho do autor.

“Florianópolis é uma cidade que oferece visões panorâmicas únicas, decorrentes de sua geografia. Nela sem dúvida, estamos construindo paisagens panorâmicas com a natureza.” (GRAD, 2007).

Os referenciais paisagísticos são elementos significativos da paisagem que indicam referência de orientação devido ao fato de salientarem um ponto de observação, por marcarem uma descontinuidade ou uma continuidade, reta ou sinuosa. Assim apresentam diversas características podendo ser dentre elas, pontuais (mirantes) e lineares (eixos visuais).

O trabalho apresenta em sua estrutura uma interpretação do potencial da paisagem, tomando como configuração suas linhas de força. “A necessidade de conhecer e estruturar o nosso meio é tão importante e tão enraizada no passado que esta imagem tem uma grande relevância prática e emocional no indivíduo” (LYNCH, 1960).

Marcado principalmente pelo relevo da Ilha, foram percebidos na vivência *in loco* do sítio estudado o que levou à conclusão que ela é tem **mirantes** como referências pontuais e **eixos visuais** como referências lineares que podem ser representadas por linhas imaginárias de maior alcance visual ao longo dos mirantes, ligando-os.

Sendo estruturadoras da paisagem, os eixos visuais proporcionam maior “varredura visual” ou continuidade visual, que possibilita observar a seqüência de referências pontuais, e por sua vez efetuam sua comunicação, formando linhas de força visual numa mesma perspectiva onde existe o enquadramento de algumas referências.

A figura que segue apresenta um ensaio da estruturação paisagística da Ilha baseada na relação entre referências visuais, os mirantes e os principais eixos de alcance visual.



Figura 28: Geometria da paisagem – eixos-visuais e alguns pontos de mirantes ●
Foto: Google earth com intervenção do autor

Os mirantes e os eixos visuais são elementos de destaque que evidenciam o caráter do lugar, e por isso criam significados através da imagem, contribuindo assim de forma significativa para o enriquecimento do espaço cenográfico da cidade, desde

que existam considerações nos projetos urbanos e arquitetônicos para a importância da qualificação da paisagem.

A Ilha é rica em referenciais naturais e edificados que compõem o patrimônio da paisagem da cidade de Florianópolis. São elementos cenográficos da paisagem que podem contribuir positivamente nas diretrizes paisagísticas do projeto urbano em suas diversas escalas de maneira significativa, na elaboração da 'arquitetura paisagística', isto é, arquitetura integrada à paisagem, onde o projeto parte do reconhecimento dos elementos dispostos no espaço, incorporando aspectos da 'geometria do espaço' estabelecendo relação com a cultura e suas diversas formas de expressão, proporcionando a integração dos aspectos sociais e ambientais no espaço da cidade.

"A arquitetura paisagística, ou o Paisagismo, pode contribuir incorporando ao planejamento esta visão básica de leitura dos funcionamentos, não somente sociais e urbanísticos, mas dos sistemas naturais. Os paisagistas projetam, por um lado, a partir do conhecimento dos elementos do sistema e as relações que estes estabelecem e, por outro, a partir da cultura estendida em sentido mais amplo, sua contribuição, portanto, é substancialmente diferente das leituras simples de processos sociais. Os novos entornos devem atender à complexidade do século XXI, devem apontar melhores relações ao ambiente, portanto devem ser espaços eficientes e formalmente interessantes." (ZAHONERO, 2002, pág. 144).

Um importante trabalho de referência na pesquisa sobre a leitura da paisagem da Ilha é a tese de doutorado de José Tabacow (2002), que oferece embasamento técnico a este trabalho, assim como, contribuição conceitual de expressões relevantes para a percepção da paisagem visual como os termos alcance visual e obstrução visual.

Alcance visual – "é a figura espacial que, a partir de uma malha de posições aleatoriamente escolhidas define, por varredura, a quantidade de visadas que recobrem cada ponto do território sob análise, ou seja, de quantas posições da malha convencionalizada um determinado ponto é visualmente alcançado. Em resumo, pode-se dizer que o Alcance visual é a representação da quantidade de superposições de bacias visuais referentes às posições de observação da malha convencionalizada. Cada bacia visual é entendida como o conjunto de pontos do

território, visíveis a partir da posição de observação, sem considerar obstáculos como a vegetação, feições antrópicas e outras circunstanciais.”

O método de trabalho que o Prof. José Tabacow desenvolveu apresenta uma avaliação ambiental baseada em um mapa de alcance visual, através de perspectivas por varredura visual, registradas a partir de pontos que compõem uma malha aleatoriamente escolhida. A ferramenta de análise utilizada como o método de pesquisa foi o “pacote” SAGA/SAD⁵, Sistema de Análise Geoambiental. Tal análise forma um mapa de reconhecimento de locais que tem maior alcance visual por varredura visual, correspondendo com a interpretação fenomenológica, baseada no *Genius Loci*⁶ do lugar, que ajuda a esclarecer a geometria do relevo da ilha.

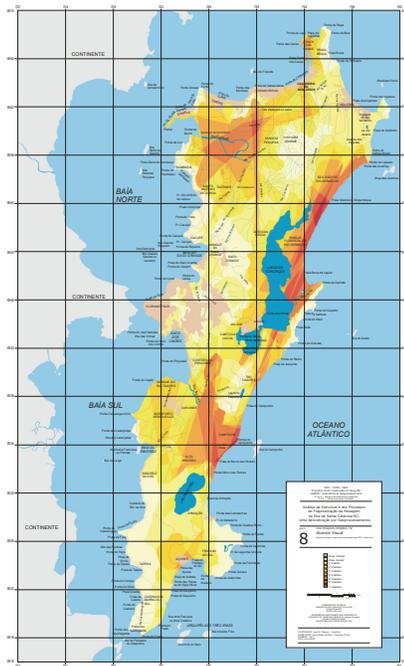


Figura 29: mapa de alcance visual (TABACOW).

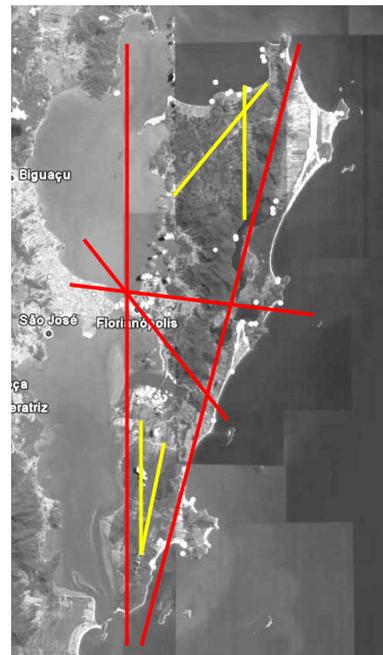


Figura 30: mapa de eixos visuais.

⁵ SAGA/SAD - Sistema de Apoio à decisão, que objetiva definir um processo de avaliação da sensibilidade das paisagens às interferências que possam obstruir ou modificar a composição visual das mesmas.

⁶ Ver conceito GENIUS LOCI cap. 2

3.4.1 Pontos e Linhas

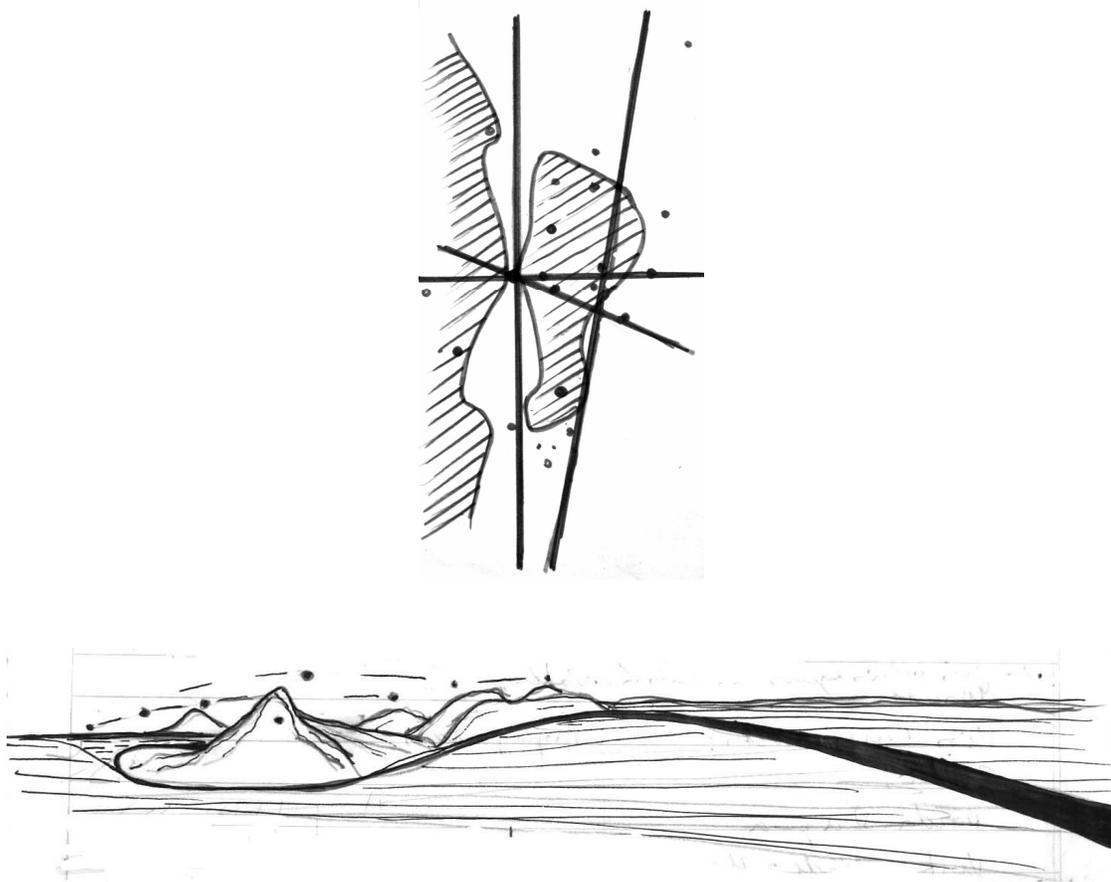


Figura 31: desenhos do autor.

Pontos e Linhas são termos utilizados para diversos fins, aqui eles referem-se a elementos significativos presentes na paisagem, que marcam uma referência no espaço. O *ponto* referência ao lugar, uma referência visual, indica uma orientação. A linha remete ao percurso, caminho que é orientado por pontos na paisagem.

PONTO – As referências pontuais da região que identificam um lugar como pontos de orientação, geralmente são identificadas por elementos que se destacam verticalmente na paisagem, geralmente representada pelos morros. São avistados de longe de vários locais, marcando a referência dos lugares e indicando uma orientação. Também podem possibilitar amplitude visual. Como exemplos existem, a ponte, morros/mirantes, lugares, arquitetura, edificações, praças, etc.

Segundo definição do dicionário Aurélio, ponto é a designação comum aos diversos tipos de nós ou laçadas feitos com agulha ou sem ela em renda, etc. Ou, porção de linha compreendida entre dois furos.

LINHA - 'fio, corda, limite', Traço imaginário em uma determinada direção. Elemento que liga um ponto a outro, determinando um espaço linear e identificando o percurso, o caminho que leva, viabilizando acessibilidade dos lugares.

Como exemplo de referências lineares existe, as vias expressas (aterro baía norte/sul), Av. Pequeno Príncipe (Campeche), eixo visual praias leste (referência visual terra/mar, morros, ilhas, costão), eixo visual oeste (costa, continente/ilha, ponte Hercílio Luz, etc.)

O método de análise de interpretação do espaço deste trabalho leva a pensar que, em muitas vezes, a definição de ponto pode ser coincidente com a de obstrução visual, pois quando existe a referência visual pontual devido à verticalização, ocasiona-se uma obstrução visual para quem observa da parte mais baixa, porém este mesmo elemento que obstrui, proporciona visões mais amplas para o ponto de vista de cima dos mirantes.

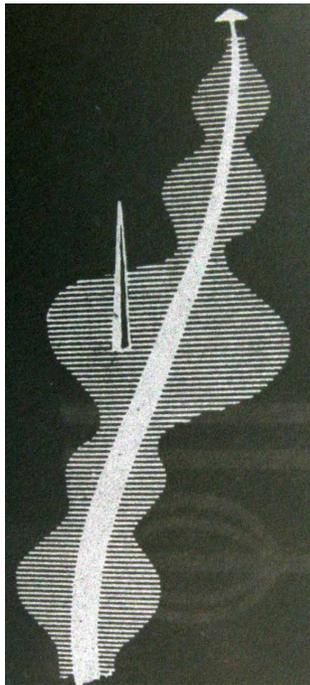
Uma obstrução visual muitas vezes compõe com a paisagem, de maneira a caracterizar uma referência pontual, fazendo composição com as referências lineares, caracterizadas geralmente por partes baixas, configuradas pelas montanhas (pontos) formando eixos focais, proporcionando visão ampla e linear.

A Ilha de Santa Catarina é também identificada por referências pontuais e lineares. Pontual para quem se aproxima, tendo a visão de uma escala mais ampla, pois a visão de longe é de uma cadeia de montanhas, marcando uma saliência vertical para fora do alinhamento costeiro. Característica principal da interpretação visual geral, descrita também pelos nativos ancestrais ocupantes da Ilha, os índios Carijós como *Meiembipe*, que significa em Tupi-Guarani "montanha que nasce do mar ao longo de um canal". Desta maneira descrita a Ilha também marca uma referência linear, pois a maneira como se dá a verticalização das montanhas é de caráter linear, pois se apresenta paralelo à linha costeira.

Os trajetos da ilha, as vias de circulação são determinadas na parte mais plana possível, como terreno da ilha é bastante acidentado, viabiliza os acessos de

maneira mais fácil, formam assim as principais artérias de circulação que geralmente se estabelecem ao longo do pé dos morros, algumas ao longo da orla.

Na linha é onde acontecem às perspectivas, os enquadramentos visuais de elementos que compõem a cidade. É onde se pode valorizar o espaço como o cenário para visualização das referências pontuais.



Figuras 32 e 33: ilustrações de Kevin Lynch – A Imagen da Cidade.

“Os acontecimentos e características ao longo do caminho – elementos marcantes, mudanças de espaço, sensações dinâmicas – podem ser organizados numa linha melódica, sentidos e imaginados como uma forma que é apreendida com intervalos substanciais de tempo, uma vez que a imagem constituiria uma melodia total e não uma série de pontos separados, ela poderia ser talvez mais abrangente e menos carente. A forma pode ser a sequencia clássica: introdução – desenvolvimento – clímax – conclusão, ou pode traduzir-se de formas mais sutis, como as que evitam conclusões finais.” (LYNCH, 1960)

3.5 LEIS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM

3.5.1 As Atuais Leis de Proteção da Paisagem

“A lei da paisagem parte do pressuposto de que a paisagem é um bem público”

(DURAN, 2001)

As leis da paisagem desenvolvidas em diversos locais do mundo servem como referência na compreensão dos novos processos de desenho urbano no campo da arquitetura. Introduzidas em algumas cidades, estas leis levam a refletir sobre as possibilidades estéticas das cidades contemporâneas, levando a soluções adequadas e criativas, utilizadas não só como ferramenta de proteção da paisagem natural como também para a construção da paisagem urbana, conduzindo projetistas à um código de postura ética na intervenção do espaço.

A lei da paisagem busca a proteção do patrimônio paisagístico, direcionando valores para a arquitetura da cidade não só como um produto de consumo, mas como bem coletivo e respeitando a paisagem. Contribui assim para o espaço público e privado, onde estabelece valores e evidencia a identidade local, devido a eleger como referência básica na elaboração de projetos, os elementos da natureza como premissa para aplicação criativa, potencializando as múltiplas interpretações do espaço.

Um bom exemplo em consideração à paisagem é a lei francesa, a Lei da Paisagem de 08 de janeiro de 1993, onde na formulação do plano diretor existem mecanismos capazes de proteger as paisagens, por meio ao qual o município questiona os problemas de fundo concernentes à gestão de sua paisagem e ao futuro dos espaços. “A idéia de que é importante não apenas pensar o espaço público como produto, mas também como processo, no qual outros atores sociais entram em cena, participando com suas percepções, valores, necessidades e desejos.” (FELIPPE, 2002).

Na França, a Lei da Paisagem de 1993, foi aplicada na cidade de Grenoble onde se procurou a conservação da paisagem natural do entorno da cidade devido às

mudanças ocorrendo com a ocupação intensificada para moradia de pessoas que trabalhavam em cidades maiores.

Outro exemplo interessante é a Lei da Paisagem de Hong Kong, que estabelece o mínimo de 50% de área verde nas coberturas dos prédios, o que ameniza o impacto visual da densidade da ocupação e da verticalização das edificações. O que também contribui para o micro-clima da região como regulador da temperatura, tornando-a mais agradável e com menos variações (reportagem TV Globo, 2006).

Um programa semelhante no continente americano foi criado pelo conselho Municipal de Rosário, Argentina, em 2007, denominado *Terrazas Verdes*, que funcionará no âmbito da Subsecretaria Municipal de Meio-Ambiente. A idéia é melhorar a qualidade do ar na área urbana, especialmente na zona central, promovendo o cultivo de espécies vegetais no topo dos edifícios, estratégia que será dirigida a consórcios e organizações (PEDRANA, 2007).

O estudo da paisagem propõe uma espécie de guia no planejamento, na proteção das paisagens e como colaboração para os projetos urbanos e arquitetônicos, sugerindo uma postura perante a paisagem como potencial de valorização e conservação do patrimônio paisagístico.

O intuito da pesquisa para a contribuição nas análises e propostas de projetos não se delimita apenas para o plano diretor e projetos de espaços públicos, direcionam para uma mentalidade de sempre considerar o entorno em qualquer idéia para a intervenção no espaço, conduzindo o projetista a obter uma postura na inspiração da criatividade a considerar a natureza de forma interativa.

No Brasil há o exemplo da lei da paisagem criada para a cidade de São Paulo pelo arquiteto-urbanista Jorge Wilhelm, em 2001 durante a gestão da Prefeita Marta Suplicy. Sérgio Duran, da Folha de São Paulo declarou em 5 de janeiro de 2001 que a lei da paisagem parte do pressuposto de que a paisagem é um bem público que merece proteção. Esta lei refere-se à poluição visual causada pelo excesso de outdoors e criando taxas para desestimular seu uso, resultando em significativa redução deste tipo de poluição da cidade.

O Plano Diretor de Araraquara é outra referência que leva a preocupação em considerar em soluções legais para a construção da paisagem, indo mais além dos índices de aproveitamento e das tradicionais manchas de zoneamento, aproximando o projeto urbano ao planejamento urbano, passando desta maneira do quantitativo para o qualitativo que relaciona o patrimônio da cidade com eixos estruturais.

Outro exemplo sobre a relevância da paisagem foi na cidade de Fortaleza com a iniciativa do judiciário cearense:

“Fortaleza, 29/08/2007. O presidente da Seccional do Ceará da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE), Hélio Leitão, enviou carta à prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins (PT), sugerindo o envio de projeto de lei à Assembléia Legislativa dispendo sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana de Fortaleza. Na carta, ele cita que um dos objetivos principais da proposta estão o bem-estar estético, cultural e ambiental da população; a segurança das edificações e da população.”

“Hélio Leitão cita ainda, em outro trecho da carta, a importância da valorização do ambiente natural e construído; a preservação da memória cultural; a preservação e a visualização das características peculiares dos logradouros e das fachadas; e o equilíbrio de interesses dos diversos agentes atuantes na cidade para a promoção da melhoria da paisagem”.

(<http://www.direito2.com.br/oab/2007/ago/29/oab-ce-sugere-nova-lei-da-paisagem-urbana-de-fortaleza>)

Segundo Hélio Leitão, a poluição visual é hoje uma das piores marcas urbanas da cidade de Fortaleza, inclusive calçadas tomadas pelo comércio. O abuso de anúncios com placas e luminosos é um terrível sintoma de decadência da cidade, afirmou o presidente da OAB cearense. Ele tem certeza de que a prefeita Luizianne Lins irá concordar com a sua proposta e nos próximos um projeto de lei estará sendo enviado à Assembléia Legislativa.

O Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) estabelece a revisão participativa de planos diretores, Florianópolis está atualmente neste processo, sendo imprescindível a inserção de considerações sobre o patrimônio da paisagem da cidade.

“O estudo da paisagem contribui no processo participativo da população na elaboração do Plano Diretor na compreensão das diretrizes, como também para os demais atores sociais com suas percepções, valores, necessidades e desejos. Como principal referência para diretrizes de projetos – é um instrumento privilegiado de um procedimento participativo de reflexão sobre o futuro de um território”. (GORGEU e JENKINS, 1995)

No decorrer principalmente dos últimos anos a paisagem da Ilha de Santa Catarina tem sofrido transformações significantes, causada pela ocupação do solo de maneira desordenada, devido a ausência de um plano diretor qualificado que leve em consideração as potencialidades do sítio, por isso é necessário para que se preserve as condições naturais que são potencialmente privilegiadas visualmente para a observação e percepção da paisagem como “*patrimônio da paisagem da cidade*” .

“No processo de revisão e/ou elaboração de um plano diretor o diagnóstico da paisagem consiste em evidenciar suas principais características, seus pontos fortes e seus desequilíbrios. Trata-se de conhecer o potencial paisagístico do território para compreender seu funcionamento.” (FELIPPE, 2002)

O estudo da paisagem contribui no processo participativo da população na elaboração do plano diretor na compreensão das diretrizes, como também para os demais atores sociais com suas percepções, valores, necessidades e desejos. Como principal referência para diretrizes de projetos – “ é um instrumento privilegiado de um procedimento participativo de reflexão sobre o futuro de um território”. (La Charte Paysagère, outil d’espace intercommunal – Souls la direction de Yves GORGEU et de Catherine JENKINS – Editions de la Documentation Française, 1995).

“O processo da criação coletiva, a sociedade no processo de decisão do futuro da cidade.” (HALPRIN – “The take part experience”)

3.5.2 Leis de Proteção da Paisagem de Florianópolis – Projeto Florianópolis Mais Limpa e Vias Panorâmicas



Figura 34: Via panorâmica – Rua Silva Jardim - Chico Mendes.

A mais recente é o PROJETO DE LEI Nº 12596/2007:

“Trata-se do PROJETO FLORIANÓPOLIS MAIS LIMPA, inspirado em Lei do Município de São Paulo, que dispõe sobre a ordenação da paisagem urbana do município em que tem por objetivo acabar com a poluição visual na cidade de Florianópolis.”

A lei dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do município de Florianópolis e dá outras providências:

“CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS, DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS E DEFINIÇÕES

Art 1º Esta lei dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana, visíveis à partir de logradouro público no território do município de Florianópolis.

Art 2º Para fins de aplicação desta lei, considera-se paisagem urbano espaço aéreo e a superfície externa de qualquer elemento natural ou construído , como água, fauna, flora, construções, edifícios, anteparos, superfícies aparentes de equipamentos de infra-estrutura, de segurança e de veículos auto-motores, anúncios de qualquer natureza, elementos de sinalização urbana, equipamentos de informação e comodidade pública e logradouros públicos, visíveis por qualquer observador situado em áreas de uso comum do povo.

Art. 3º Constituem objetivos de ordenação da paisagem do município. “

Como o próprio texto da lei se refere, esta está mais voltada à proteção da paisagem à poluição visual ocasionada pelo excesso ou indevido localização de propagandas ocorridas com os out-doors, back-lights, placas, faixas, entre outros”.

Anteriormente já haviam sido criadas no município de Florianópolis outras leis que protegem a paisagem visual da cidade, são as leis que se referem às vias panorâmicas, iniciada pelo Plano Diretor dos Balneários em 1985 , a lei 2193/85, estabelece que: para a preservação da visão paisagística da orla marítima e lacustre, as edificações situadas em terrenos em declividade acentuada, lindeiros a vias públicas de onde normalmente se avistam o mar e os lagos, não poderão ter altura superior a um metro em relação ao nível do logradouro, aplicando este gabarito também aos muros de vedação as cercas e sebes nos limites da via.

Lei 4291/94 – via dos Araçás, em direção à Costa da Lagoa, a intenção era de fazer também como via panorâmica no sentido oposto, para o Canto da Lagoa, porém não foi possível, segundo Paulo Caldeira (IPUF), devido à ocupação acelerada que já havia fechado a paisagem visual para a lagoa antes que a lei fosse aprovada.

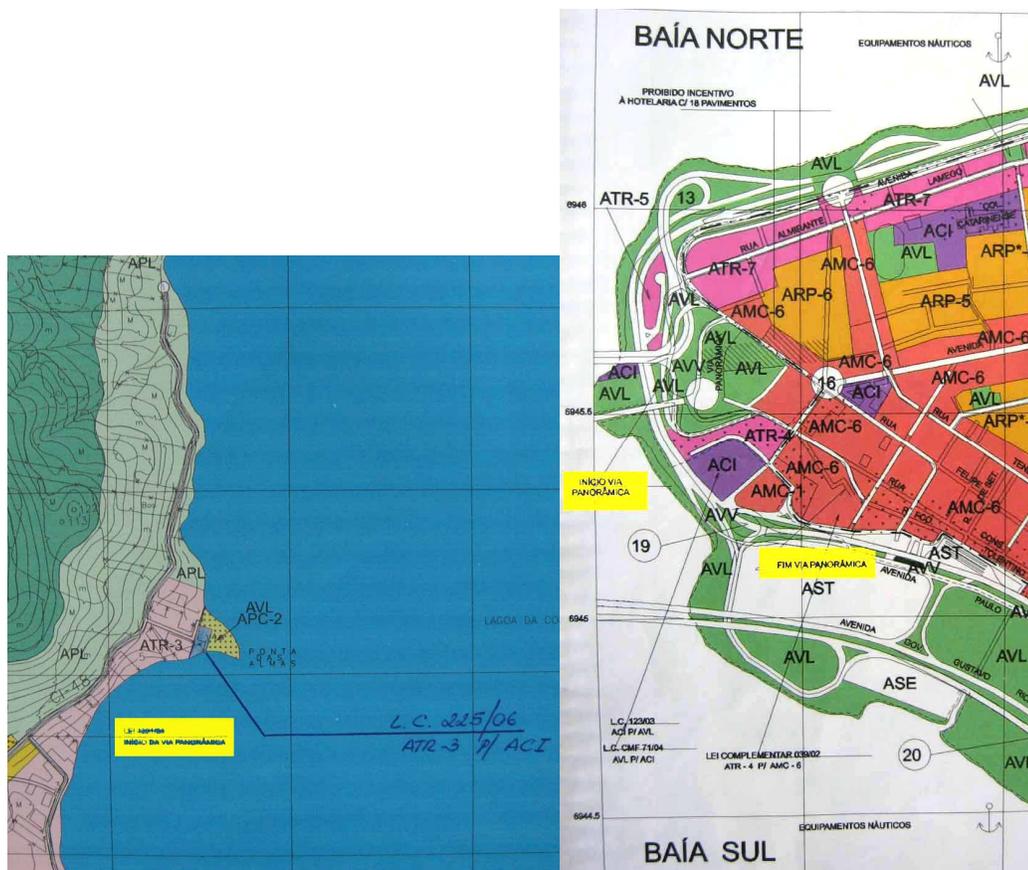


Figura 35: Vias panorâmicas do Plano diretor dos balneários e Distrito sede

No Plano Diretor do Distrito Sede foi aprovada a lei 001/97, estabelecendo que nas vias panorâmicas as cercas de vedação não poderão ultrapassar a um metro em relação ao nível do logradouro, e deverão caracterizar-se por transferência de forma ou material, de modo a não impedir a percepção visual da paisagem.

Estão demarcadas pelo Plano Diretor do Distrito Sede parte da via de entorno ao Parque da Luz, rua Adolfo Konder e também o trecho que compreende o bairro José Mendes (trecho entre a Prainha e o Saco dos Limões), Rua Silva Jardim e Rua José Maria da Luz.

No Plano Diretor do Distrito Sede, capítulo II, seção II, sub-seção I das áreas do sistema rodoviário, artigo 119, item VII: Vias panorâmicas que tem por função de turismo e lazer, devido a visibilidade que propiciam ao mar, às lagoas, aos mangues, às dunas ou a outros elementos marcantes da paisagem natural ou construída da região.

Estas leis de proteção a paisagem visual sofreram algumas alterações com leis complementares:

Lei Complementar nº 092/2001, que entrada em vigor no dia 20 de novembro de 2001, durante a Gestão da prefeita Angela Regina Heinzen Amim Helou, excluindo imóveis das limitações da via panorâmica na UEP – 4, José Mendes, aprovada pela Câmara de Vereadores, imóveis situados na rua Silva Jardim, nº 840 ao 914 e nºs 1348 a 1378, também na Rua José Maria da Luz, nºs 342 a 442. Devendo estes respeitarem apenas aos afastamentos previstos no Art. 56 da Lei Complementar nº 001/97.

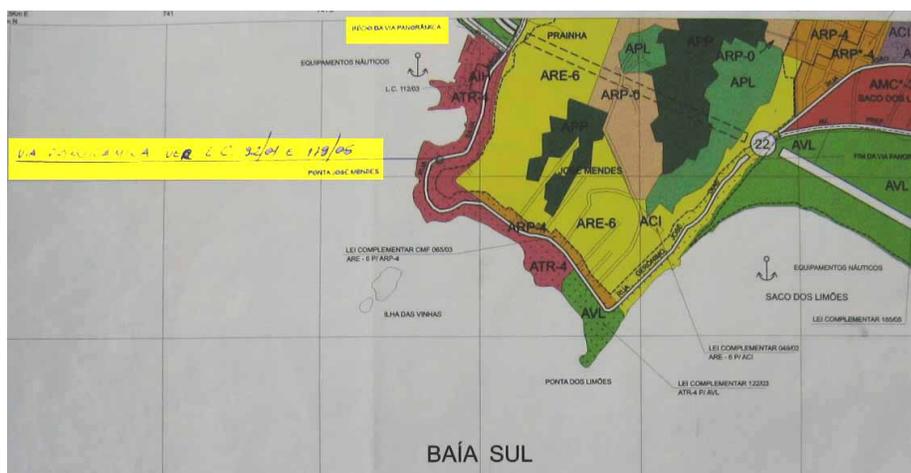


Figura 36: Plano diretor com via panorâmica e lei complementar de alteração.



Figura 37: Construção em via panorâmica após alteração com lei complementar.

Lei Complementar nº 212/2006, entrando em vigor no dia 13 de fevereiro de 2006, durante a gestão do prefeito Dário Elias Berger, também excluindo da lei 001/97 os imóveis da rua Critóvão Nunes Pires, UEP - 1, centro, sendo aprovada pelo SEPHAN/IPUF, aprovando o Plano de Massa para a área objeto da futura intervenção, conforme estabelecido no art. 166 da lei citada neste artigo.

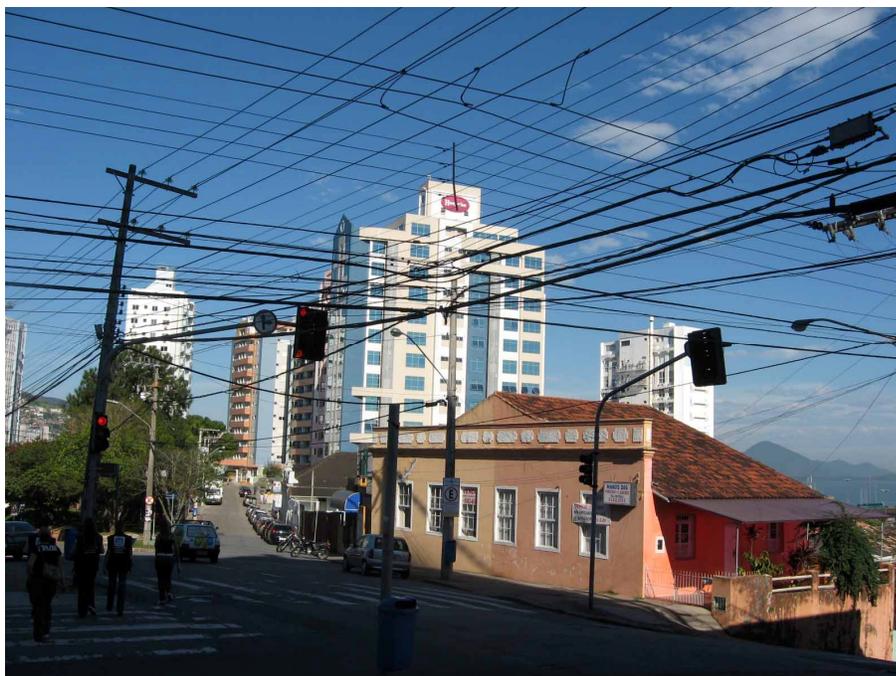


Figura 38: via panorâmica com prédios viabilizados por lei complementar e poluição visual de fiação elétrica.



Figura 39: via panorâmica e resultado da alteração da lei com leis complementares.

Os exemplos das leis citadas acima demonstram como as leis de proteção da paisagem das vias panorâmicas estão perdendo a importância e o respeito por uma

via legal de proteção do Patrimônio Paisagístico da cidade de Florianópolis, uma vez sendo aprovada pela Câmara de Vereadores e depois criando Leis Complementares, promovendo a desconfiguração panorâmica do espaço público.

A falta de comprometimento às leis das vias panorâmicas também é outro fator de enfraquecimento da lei, distância entre a teoria aplicada pela lei e a prática ocorrida nas ocupações, também acontece em outros locais onde é possível a aplicação das leis. Assim como o exemplo que aconteceu no bairro do Canto da Lagoa, citado por Paulo Caldeira.

3.5.3 Política de Inserção da Lei da Paisagem

PROJETO DE PAISAGEM DE FLORIANÓPOLIS NA ILHA DE SANTA CATARINA

“O que configura o espaço da ilha é sua paisagem natural e cultural. Se perdermos isso, se torna uma ilha como outra qualquer”.

César Floriano – em entrevista no jornal AN.

O projeto de pesquisa tem a intenção de criar uma espécie de defesa técnica, com base nas análises nos estudo da paisagem, reveladas pelos mirantes como seu grande veículo potencial da cidade e garantir legalmente o direito à paisagem. Explorar a natureza tecnológica, cultural e econômica, caminhando em busca de uma arquitetura própria, voltada a encontrar uma forma adequada ao meio que se insere sem ignorar elementos particulares da realidade regional.

Como elemento estruturador da paisagem da cidade, em conexão com as demais dimensões do projeto urbano que levem a paisagem como premissa de sua elaboração, os mirantes são locais articuladores do espaço da cidade que podem atender as demandas sociais e ambientais de maneira crescente, em conjunto com a evolução da cidade, propiciando desta maneira um projeto interessante para a cidade.

Os mirantes são espaços público-urbano que tem fundamental importância para a melhoria ambiental da cidade que evolui muito a cada ano seguindo com a valorização do projeto de paisagem que caracteriza fortemente a cidade em seus aspectos culturais, podendo compreender no projeto urbano com programas que podem atender as demandas sociais e ambientais de acordo com suas potencialidades.

Lavando em consideração o momento em que a cidade de Florianópolis está vivenciando agora tanto de desenvolvimento urbano efetivo como no movimento no processo de planejamento na revisão do plano diretor, conforme previsto no estatuto das cidades. O estudo da paisagem da ilha de Santa Catarina através dos mirantes contribui apontando um possível direcionamento do futuro do traçado da paisagem, como projeto urbano que cria um desenho mapeando a paisagem visual panorâmica nos lugares e caminhos da cidade como visuais públicos garantidos.

Os mirantes espaços públicos visuais garantem também a manifestação das matrizes culturais de Florianópolis e valorizam a paisagem como bem público de interesse coletivo.

“Otimizar os mirantes colocando atrativos culturais da cidade é um casamento que só tem a dar certo” - Daniela Secco – secretária municipal de turismo em entrevista ao NA, 2008.

Deverá constar no plano diretor da cidade:

- 1- “Preservação de marcos visuais determinantes do caráter da ilha
- 2- Preservação de Monumentos naturais e construídos
- 3- Mapeamento de zonas de intervenção de arte pública
- 4- Criação de novos referentes urbanos (Memorial a Cruz e Souza)
- 5- Leis de incentivo a inserção de obra nos edifícios e espaços públicos
- 6- Incentivo a revalorização da obra Arquitetônica
- 7- Normalização dos painéis de propaganda e utilização de fachadas
- 8- Criação de jardins e praças como obra de arte
- 9- Mirantes e pontos de atração turística
- 10- Política de fomento de obra de arte de caráter efêmero”

(FLORIANO, 2007)

4 OS MIRANTES DA ILHA DE SANTA CATARINA

4.1 TIPOS DE MIRANTES DA ILHA DE SANTA CATARINA

CLASSIFICAÇÃO:

Mirantes Belvedere – os principais

Mirantes de Bairro – secundários

Mirantes de Trilhas

Vias Panorâmicas

Os mirantes são classificados de acordo com as características comuns entre eles, tal observação leva ao reconhecimento das distintas potencialidades de uso para estes locais, com isto alguns que comportam uso mais intenso podem usufruir de instalações de maior infra-estrutura e outros, cuja característica principal é apenas manter a sua conservação e estado natural.

A classificação dos mirantes tem o objetivo de evidenciar as qualidades onde se encontram, contribuindo desta maneira para facilitar a leitura com o entorno, priorizando a melhor qualificar a inserção no espaço com programas adequados, a classificação procura tanto trazer (potencializar) a paisagem cultural presente do cotidiano da cidade como proteger a paisagem natural.

A análise dos mirantes da Ilha de Santa Catarina também definem uma ordem na expressão e na escala metropolitana da cidade de Florianópolis como espaço público. Relacionado com a localização, acessibilidade, intensidade de visitação, condição do sítio como espaço compatível ou não para receber infra-estrutura, potencial de alcance visual, importância, tais como formando assim três distintos grupos da seguinte maneira: Mirantes Belvedere, mirantes locais, mirantes trilha e vias panorâmicas.

Mirantes Belvedere – são os principais mirantes da cidade, os mais conhecidos e visitados; fazem parte das imagens dos principais cartões postais da cidade. Principais estruturadores da paisagem estão sempre presentes no cotidiano urbano

da cidade, participando do sistema viário de onde sempre são vistos, desta forma representam sempre referência de orientação visual marcante no meio urbano. São geralmente de fácil acessibilidade e podem comportar maior demanda de infraestrutura como estacionamentos para automóveis e ônibus de turismo, local para apresentação de espetáculos musicais, teatrais, cinema, restaurantes, lanchonetes, bibliotecas, etc.

Exemplos: Mirante do Parque da Luz, Morro da Cruz, Morro da Lagoa, Praia Brava/Ingleses, etc.



Figura 40: Mirante do parque da Luz. Foto do autor.

Mirantes locais - são os mirantes menos expressivos perante aos que são os principais pontos de visitação da cidade, mais freqüentados pelos moradores dos bairros onde se encontram, também podem servir como referência no roteiro de visitação da cidade, como mirantes secundários. Não participam turisticamente de forma tão significativa, portanto suas instalações e infra-estrutura demandam equipamentos relacionados com as atividades que atendam as características locais assim como contribuir para sanar deficiências com espaços de lazer, esportivos e culturais.

Como expressão na paisagem visual são fortes presenças no cotidiano visual da cidade, pois compõem com o conjunto de morros em que se inserem em conjunto

com os mirantes principais (tipo Belvedere).mas não de forma tão intensiva como os mirantes principais dos locais de visitação da cidade, estes estão presentes na escala dos bairros, representam as áreas de lazer e contemplação. Muitos não possuem acessos a automóveis, somente a bicicleta ou a p .

Exemplo: Morro da Carvoeira,

Mirantes de trilhas e caminhos



Figura 41: Foto Baia Norte – Ponta da Daniela. Foto do autor.

São os mirantes com o acesso de maior dificuldade, estes têm o seu potencial mais voltado para ambiente de estar onde as pessoas podem descansar de uma caminhada e poder desfrutar de algum momento de intera o com o ambiente cultural que se propicia na natureza, na *land art*, na intera o da arte com a presença do homem exaltando uma característica muito peculiar da ilha, a integra o do homem com a natureza.

“...  preciso mudar este olhar (das panorâmicas) e movê-lo da distância segura na qual se encontra, na condi o de observador, para uma aproxima o ao cenário que   visto de longe, para uma condi o de participante. Pois   no nível do olhar do pedestre, nos percursos feitos a p , que o andar nos permite reconhecer as múltiplas realidades que não aparecem na paisagem da visão panorâmica: uma cidade inacabada em rela o às paisagens construídas pelo homem.” (GRAD – 2008).

Assim como os antigos habitantes faziam suas inscri oes nas pedras dos costões, em árvores e outros, o homem contemporâneo tem o seu espaço para a manifesta o cultural na natureza onde vive, seja na expressão plástica ou na

literatura. Estes são os mirantes mais sensíveis para as intervenções, pois estão situados geralmente em locais de proteção ambiental.

Vias panorâmicas - vão descortinando a paisagem ao longo do seu percurso.

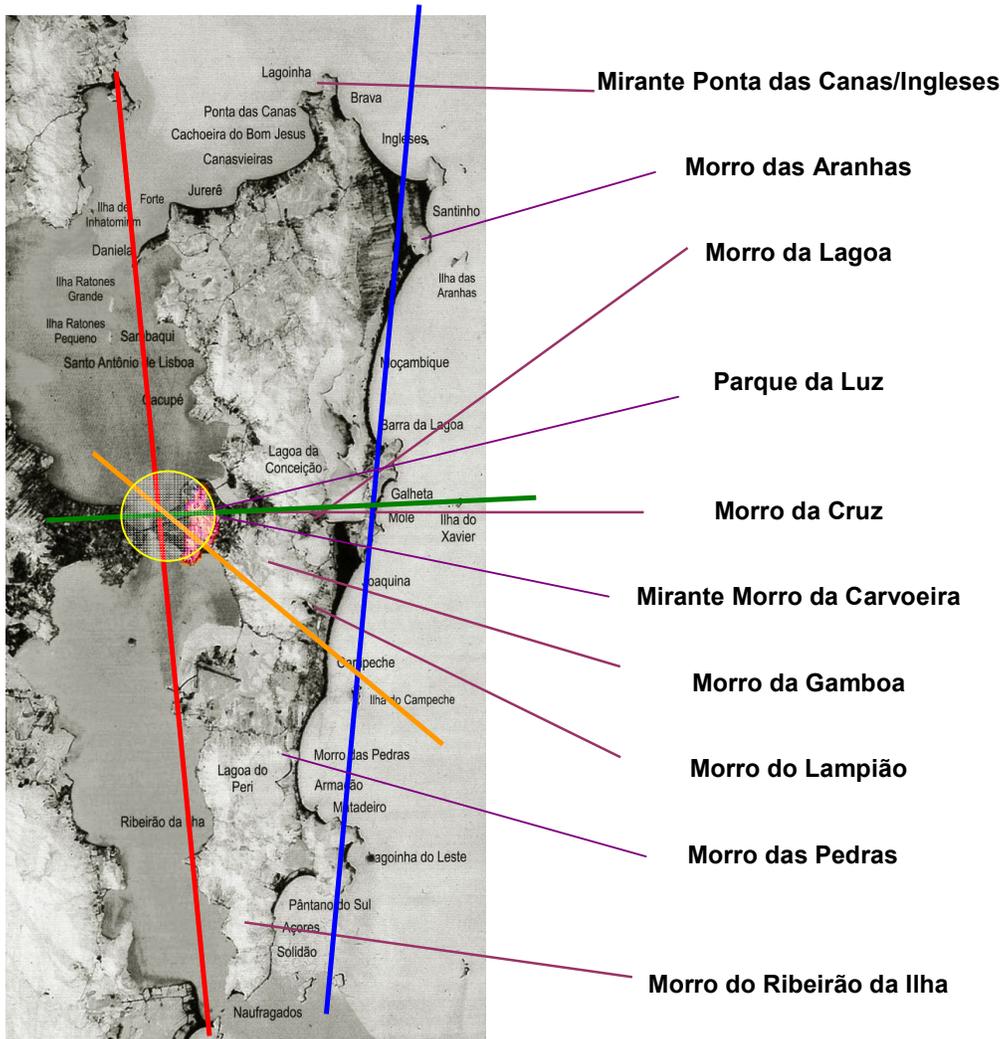
As Vias Panorâmicas são as vias da cidade dotadas de panoramas visuais privilegiados, segundo análise desenvolvida na leitura do relevo da Ilha de Santa Catarina tais vias são mais incidentes nos principais eixos visuais, estruturantes da paisagem, que proporcionam alcance visual e são ricos em pontos referenciais, podendo estes serem os morros, os mirantes, o mar, edificações e outros.

Existem Vias Panorâmicas diversificadas, de diferentes aspectos abrangendo várias escalas, vão desde grandes vias rápidas como as trilhas ecológicas.

No território da Ilha de Santa Catarina é também caracterizado por alguns eixos visuais marcantes como referência. Segundo análise compreendida em campo existe a percepção de alguns eixo focais, tais como: percebido na relação entre os percursos e os mirantes, marcando as referências do território, geográficas, naturais e edificadas.

Também fazem parte das vias panorâmicas as trilhas, a borda d'água com vistas do mar, entre outros que devem ser qualificados na cidade.

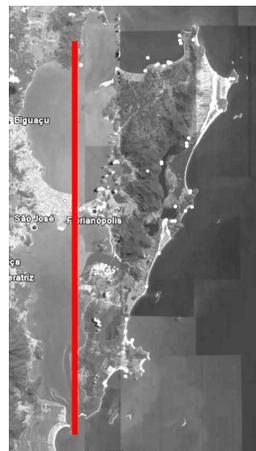
4.2 MIRANTES E EIXOS VISUAIS



Eixo Transversal



Eixo Leste



Eixo Oeste



Eixo Secundário

O território da Ilha de Santa Catarina é fortemente caracterizado por mirantes (pontos) e vias-panorâmicas (eixos visuais) significantes como referência na paisagem. Segundo análise compreendida em campo existe a percepção de alguns eixos focais, os quais contribuem para potencializar a paisagem da cidade, valorizar o sítio natural e possibilitar qualidade na inserção da trama urbana de forma que evidencie os valores naturais, desta maneira contribui para potencializar o interesse turístico pelo local que compõem fatores fundamentais para a manutenção e qualidade da paisagem.

A relação entre os mirantes e os eixos visuais servem para organizar espacialmente suas relações de referência e de alcance visual. Também podem servir para agrupá-los diante das características comuns entre eles nos distintos quadrantes da Ilha, além de servir para orientar a visitação turística conforme o roteiro desejado.

Alguns mirantes em conjunto com eixos de força-visual da Ilha.



Mirantes do Eixo transversal

Situado na porção central da Ilha este eixo é caracterizado por compreender os mirantes da Ilha mais importantes e visitados até o momento que são, o mirante do Parque da Luz, o Morro da Cruz e o Morro da Lagoa, seguindo com a Av. das Rendeiras na Lagoa da Conceição, praia Mole e Ilha do Xavier (no sentido leste-oeste). Faz o percurso mais procurado pelo turismo.

Parque da Luz: O Mirante da Luz é o mirante mais acessível do centro comercial da cidade e o mais antigo mirante caracterizado na Ilha como local de apreciação da paisagem.

De pouca amplitude visual, porém grande profundidade visual, dali se avista as montanhas que compõem o início da formação do planalto e em frente à ponte Hercílio Luz, o mais conhecido cartão postal do local, o qual caracteriza e identifica a cidade de Florianópolis, além de simbolizar o elemento de ligação continente – ilha,

possui um mirante em sua cabeceira insular, potencialmente bem localizado devido à condição visual com o patrimônio histórico.

Morro da Cruz



Figura 42: Morro da Cruz. Foto do autor. Foto do autor.

Morro que indicar a referência visual do maciço central da ocupação urbana da cidade, percebido na paisagem de quase toda a área central da cidade. Fortemente caracterizado por indicar a centralidade urbana, propicia panorama visual de grande amplitude, 360°. É um local isolado de outros caminhos, apresenta um acesso que leva ao mirante e as emissoras de TV e rádio. Dispõe de relação visual com outros mirantes e morros da região.

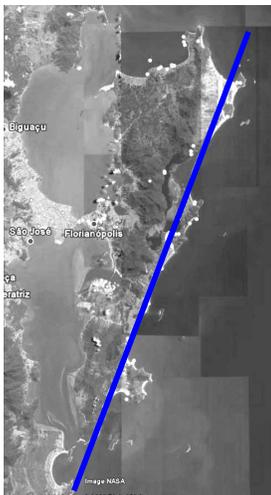
Morro da Lagoa

O Morro da Lagoa é um ponto especial de parada no caminhos da visitação turística em Florianópolis, caracterizado como um “mirante de passagem”, fica no caminho para as praias. Oferece excelente amplitude visual.

Relação com os esportes: acesso para a rampa de vôo livre, parapente, as trilhas de mountain bike. Observação para as condições dos esportes náuticos, como iatismo, windsurf, etc; das ondulações para o surf.



Figura 43: vôo sobre a Lagoa da Conceição. Imagem internet.



Mirantes - Eixo Leste – eixo da porção leste da Ilha de sentido norte-sul, compreende toda a região voltada para a área costeira leste, caracteriza-se pelas praias, costões e uma seqüência visual muito interessante de morros, onde estes identificam se tem uma perspectiva norte-sul amplitude, marcada pelas referências dos morros

A seqüência dos morros, no sentido norte-sul, como marcos visuais de referência são: Morro e Ilha das Aranhas, Morro da Barra da Lagoa (conjunto Praia da Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição, Praia Mole e Joaquina), Ilha do Chavier, Dunas da Joaquina, Ilha do Campeche, Morro do Lampião, Morro das Pedras e finalmente o Morro do Matadeiro.

MIRANTES DAS PRAIAS/COSTÕES.

MORRO DAS PEDRAS – Antigo Convento do Morro das Pedras/Retiro.



Figura 44: Costão Morro das Pedras. Foto do autor.

MIRANTES DE TRILHAS

COSTA DA LAGOA – trilha panorâmica disposta de diversos mirantes ao longo do seu percurso. Característica de bairro/vilarejos e caráter histórico

PISTAS DE ASA DELTA (2).– MORRO DA LAGOA

PRAIA MOLE PONTA DO GRAVATÁ

PISTA DE PARAPENTE NO MORRO DO GRAVATÁ

FAROL DA BARRA DA LAGOA

COSTÃO DO INGLESES/SANTINHO/ARANHAS.

MORRO DA BARRA (PONTO DE VISTA) – COM INFRA ESTRUTURA DE ESTACIONAMENTO E COMÉRIO. Visão da Lagoa da Conceição e morros. E costa leste.

MIRANTE MORRO PRAIA BRAVA/INGLESES – ACESSO DE AUTOMÓVEL e potencial para atividades de lazer e culinárias (restaurante/lanchonete).

MORRO DO RIBEIRÃO - O Ponto mais alto da ilha, com acesso de automóvel, porém de estrada bastante acidentada, o que torna o local bastante bucólico. Possui enorme potencial para a visitação, porém não para o turismo de massa, pois o local é bastante sensível à alterações, ameaçando a descaracterização do local. Privilegiado por um percurso conhecido como caminho do Sertão do Ribeirão, o local possui vilarejos que já foram cenário para filmes/documentários, relatando suas atividades da produção de cachaça no filme “Seu Chico”. Este percurso possui potencial para vários mirantes, abrangendo a visão tanto para a costa leste da ilha como a oeste.

Mirantes do Eixo Oeste - eixo de sentido norte-sul na porção oeste da Ilha, compreende toda a região voltada para as baías norte e sul, composta pelas praias, o sistema viário nos aterros e a seqüência visual de morros, onde estes identificam se tem uma perspectiva norte-sul amplitude, marcada pelas referências dos morros.



Como exemplos dos morros nesta porção da Ilha são: Morro do Sertão do Ribeirão, Maciço da Costeira, Maciço do Morro da Cruz, etc.

FORTALEZAS mirantes históricos – Baixo da Ponte (Centro), São José (Jurerê), Ratones, etc.

Projeto de revitalização das fortalezas da UFSC/IPHAN.

Trilha do Cacupé (SESC)

Morro Praia do forte

PENHASCO - O CLUBE MIRANTE

MORRO DA CARVOEIRA - SITUADO NO TOPO entre o bairro da Carvoira e o Saco dos Limões, já possui estudo para a implantação de um parque com atividades esportivas aliadas ao mirante, assim como lazer. Desenvolvidas durante o Plano Diretor Participativo. Local potencial para a intervenção de obra de arte (land-art/earth-work), devido ao seu estado de deterioração em que se encontra o morro devido à escavações em sua encosta na procura de obter maior número de lotes no bairro.

Loteamento CAIUBIG - Saco Grande

Caminho do Rei – Canasvieiras/Jurerê.

Caminho dos Açores - Cacupé/Sto Antônio de Lisboa

Eixo Inter-Mares – eixo compreendido entre a Baía Sul (mar de dentro) e a Praia do Campeche (mar de fora). Possui eixos focais marcantes como o da avenida Pequeno Príncipe, Campeche, com enquadramentos visuais da Ponte Hercílio Luz e da Ilha do Campeche.



Mirantes - Eixo Inter-Mares

MORRO DO LAMPIÃO - ACESSO SOMENTE POR TRILHA, muito visitado no passeio (trekking) de aventura tanto pelos moradores do bairro como por visitantes de outras localidades. Como ponto referencial tem participação histórica na paisagem do bairro do Campeche, o que lhe rendeu o nome como guia luminoso para a antiga pista de aviação localizada nas suas proximidades.

MORRO DA GAMBOA – Maciço da Costeira, característica de mirante principal e mirante trilha.

Necessita ser qualificado devido ao enorme potencial disposto devido ao alcance e amplitude visual disposto nele, consegue-se mirar todas as faces da ilha porém não há acessos de automóvel, somente de por trilha.



Eixo Secundário Romualdo de Barros – via de ligação entre o bairro do Saco dos Limões e a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), tem a vista privilegiada, principalmente no sentido UFSC- Saco dos Limões. Esta visão está ameaçada devida à construção de prédios, os quais estão bloqueando o visual da baía sul, formando um verdadeiro “paredão” de edifícios.



Figuras 45, 46, 47 e 48: Obstrução visual da Rua Capitão Romualdo de Barros. Foto do autor.



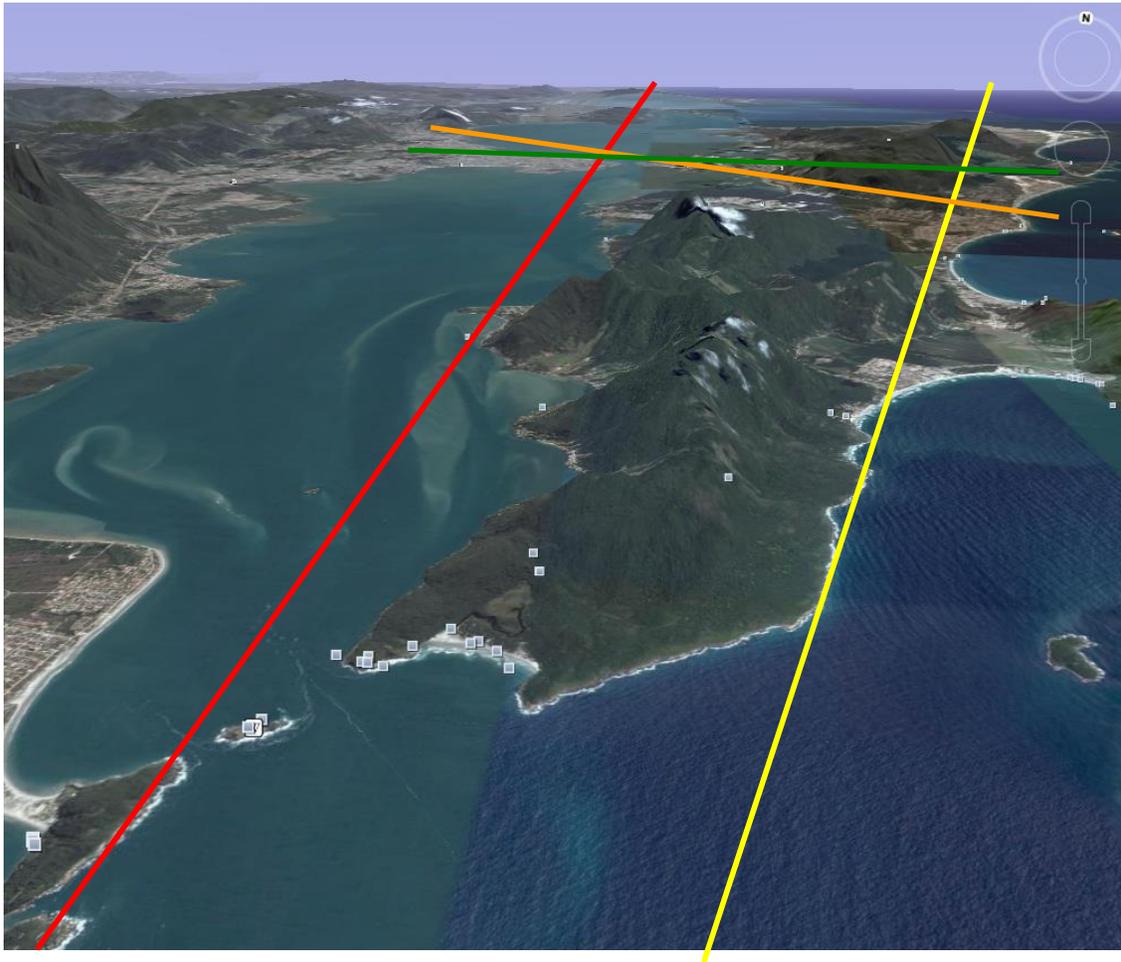


Figura 49: Eixos visuais em perspectiva. Foto de satélite através da Google.

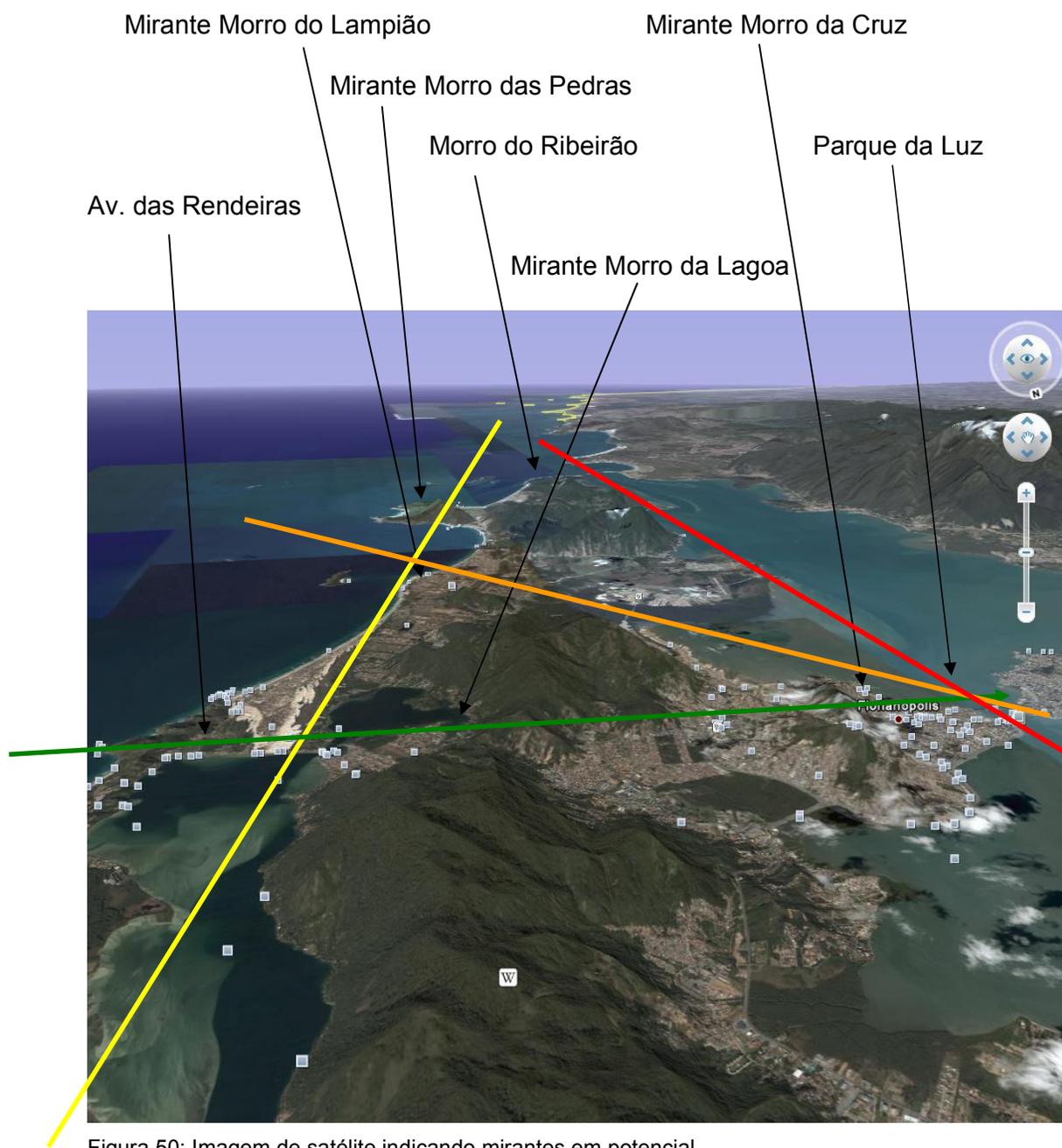


Figura 50: Imagem de satélite indicando mirantes em potencial.

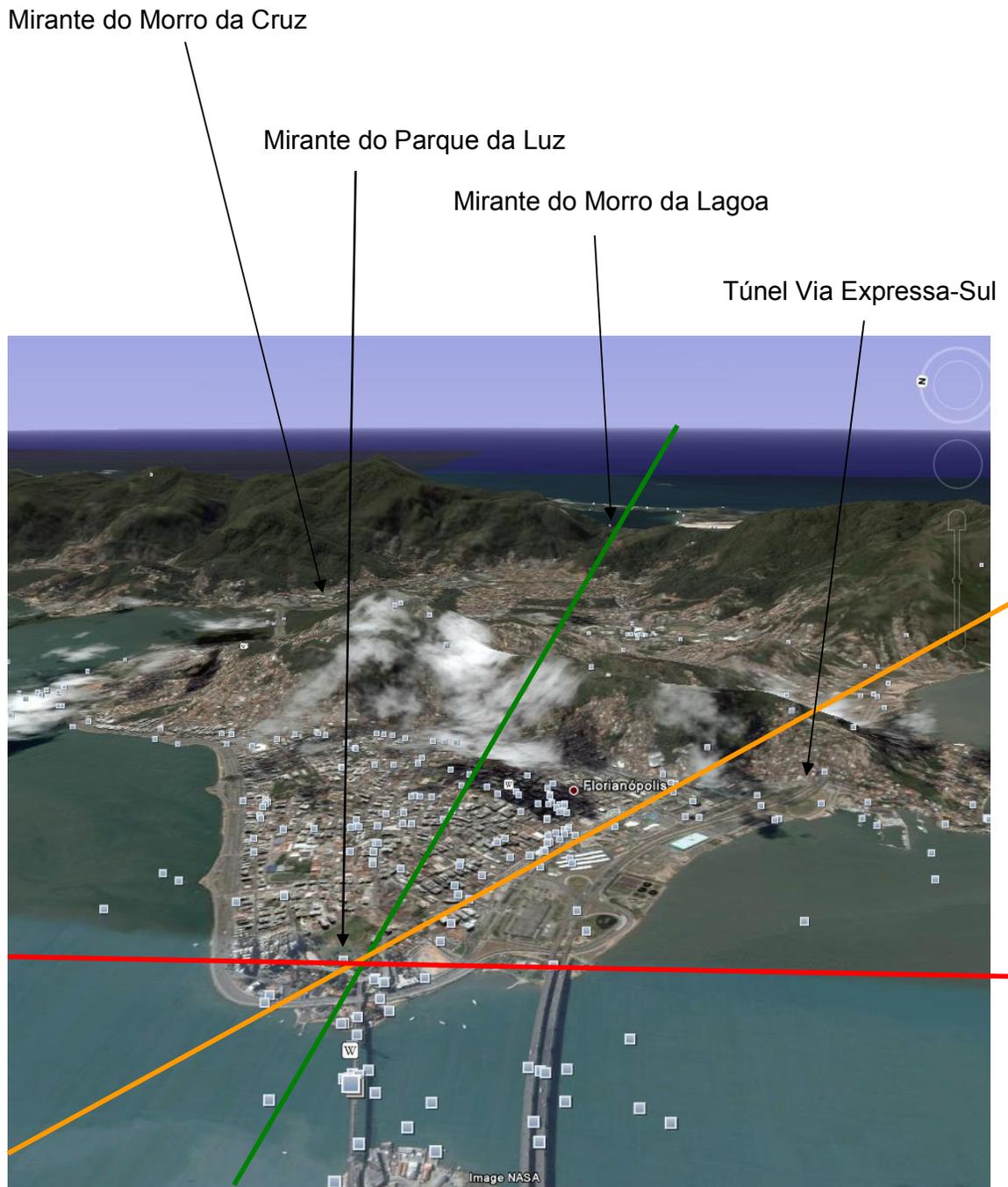


Figura 51: Imagem de satélite indicando principais mirantes. Fonte: Google earth.

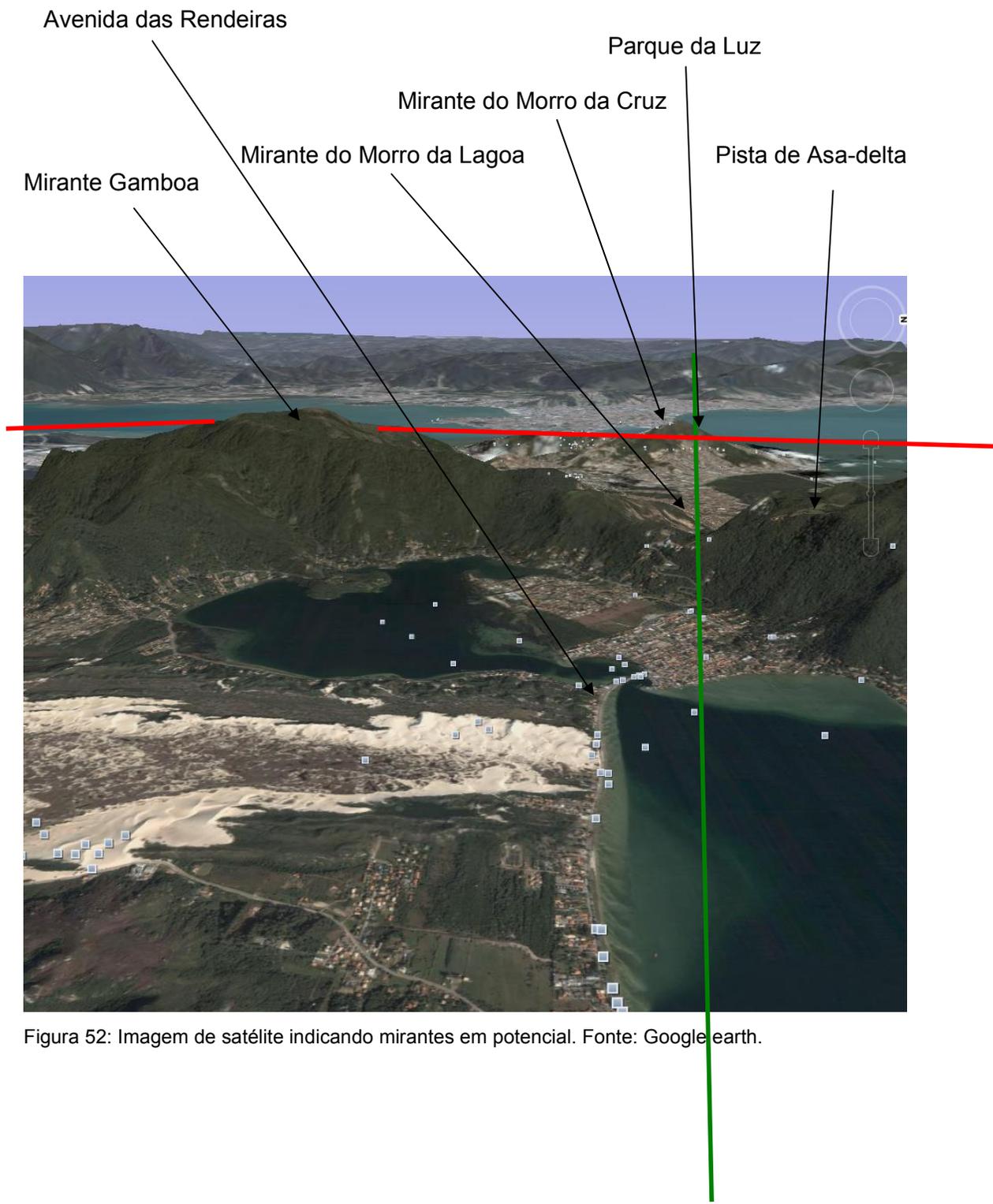


Figura 52: Imagem de satélite indicando mirantes em potencial. Fonte: Google earth.

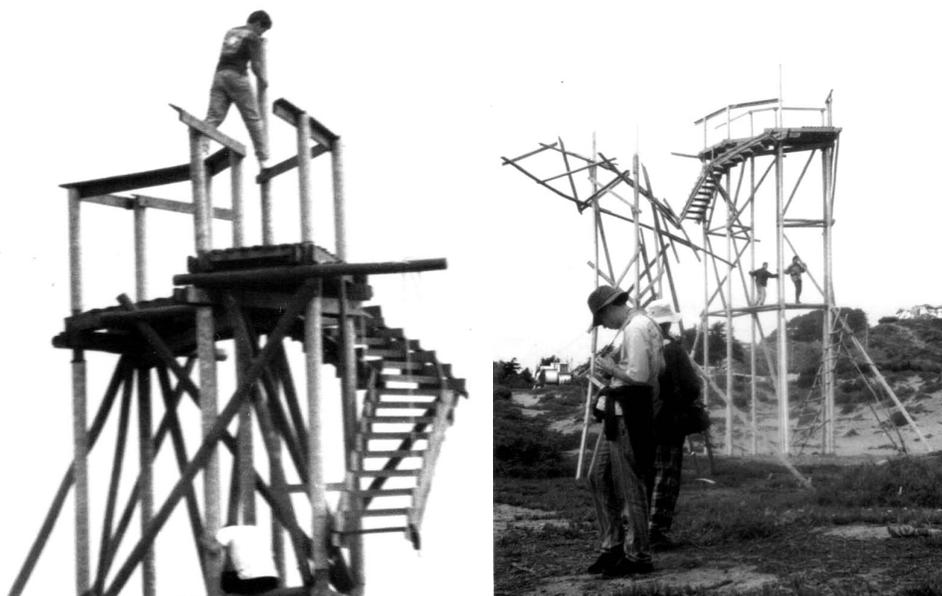
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura 53 - Parque mirante na Suíça, lago *Blindsee*.

“A paisagem é o principal produto turístico e, portanto, é fundamental mantê-la e melhorá-la para poder oferecê-la como espaço de lazer”.

Ana Zahonero, 2002, - entrevista com Ana Rosa Oliveira.



Figuras 54 e 55: Cidade Aberta – Chile. Foto do autor.

Atualmente os mirantes da ilha de Santa Catarina são espaços que oferecem pouca qualidade aos seus visitantes, o que não faz juz à importância que representa o caráter simbólico do lugar. São os cartões postais e *souvenirs* da cidade que o turista leva, recorda e mostra das principais impressões do local onde foi visitar.

Os mirantes geralmente representam os principais portos de visitação turística das cidades.

Em entrevista pelo jornal Notícias do Dia: “o turista italiano Emanuel Perlini e sua amiga Fabrícia Possenti, em sua primeira visita ao mirante do Morro da Cruz, ficaram encantados com a natureza do local e que acham agradável e interessante a idéia de atrações artísticas no local”. Existem orquestras tocando no mirantes de Verona, na Itália.

Os mirantes da Itália são palcos de grandes espetáculos culturais como   o caso do que acontece no festival de Ravello, recentemente apresentado com o projeto de Oscar Niemeyer. Na França o embasamento da Torre Eiffel também já foi palco para grandes espetáculos de música, dança e teatro. Assim existem muitos outros exemplos de atividades culturais que tem o mirante como palco de apresenta es artísticas.



Figura 56: Cartaz Festival Ravello

“Os mirantes devem ser lugares não só de contempla o, mas de reflexão sobre a paisagem cultural de Ilha”. FLORIANO - jornal AN.



Figura 57: mirante Parque da Luz. Foto do autor.

Os mirantes são locais privilegiados para a contemplação da paisagem visual, caracterizados geralmente como local de parada, passeios ou encontros; expõem maior alcance visual devido a suas altitudes, formando assim uma referente saliência com o seu entorno em relação aos pontos de vista mais baixos. Desta maneira constituem um ponto referencial diante da paisagem visual contribuindo assim para evidenciar o caráter do lugar, que traz significados e simbologias. Diante disto, muitos vezes tornam-se o cartão postal dos lugares, cidades ou países, mostrando tanto a imagem vista de cima dos mirantes como também o próprio mirante, evidenciando a referência simbólica do lugar.

Devido a estes fatos os mirantes são locais especiais, pois além de pontos de visitação podem proporcionar momentos ricos para os visitantes como um pôr-do-sol, uma fotografia, a lembrança da viagem de turismo, enfim   um espaço que soma qualidade de vida trazendo experiências inusitadas num local privilegiado que reúne **natureza, arte, arquitetura e a urbaniza o**.

Em Florianópolis existem pontos referenciais para a visita o turística privilegiados por alguns mirantes, iniciando pelo mirante da cabeceira insular da ponte Hercílio Luz, o Morro da Cruz, o Morro da Lagoa, entre outros que estão distribuídos no seu território como locais privilegiados para a observa o da paisagem da ilha. São utilizadas tanto para a visita o turística como pelos habitantes da cidade que procuram um local agradável na hora do lazer. Sendo assim, devido a sua importância para a cidade, os mirantes são elementos que compõem o **PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO DA ILHA DE SANTA CATARINA**. São locais vitais

que possibilitam a relação dos homens com a natureza na cidade, presenciando a cultura local em ambientes sugestivos e tendo como pano de fundo a paisagem da cidade, compreendendo a harmonia e o diálogo com o ambiente em que está inserido, podendo estar de forma destacada ou não com o entorno, mas sempre de maneira integrada como a paisagem.

Na Ilha, existem diversos mirantes dispostos em seu território e em diversas condições: alguns caracterizados para a visitação já há muito tempo, mais tradicionais para a visitação, e outros potencialmente expressivos, mas que ainda não foram explorados devido a falta de acesso, pois estão locados de maneira mais natural, aproveitando as condições da topografia do terreno e outras para atender a este privilégio. Há também mirantes na passagem das vias, praticamente inexplorados e que fazem parte do cartão postal da cidade.

Na escala de importância de grandeza como elemento figurativo característico do Patrimônio da Paisagem da Ilha de Santa Catarina temos em primeiro plano a ponte Hercílio Luz, o mais conhecido cartão postal do local, que caracteriza e identifica a cidade de Florianópolis, além de simbolizar o elemento de ligação continente – ilha, possui um mirante em sua cabeceira insular, potencialmente bem localizado devido à condição visual e acessibilidade. Assim como o Parque da Luz, onde se localiza o mirante da cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz, praticamente todos os outros mirantes da Ilha configuram a condição de parque no seu entorno. Isto permite a possibilidade de local público de visitação e disposição de uso coletivo.

Tais potencialidades encontradas no Parque da Luz, como também em outros locais privilegiados com mirantes/parque podem comportar atividades culturais, espetáculos, apresentações em geral, musicais, teatrais, exposições, feiras de artesanato, cinema, bibliotecas e até mesmo grandes espetáculos. O programa para os locais são da percepção e do levantamento de atividades que o espaço da cidade mais necessita, as quais são as atividades culturais, hoje tão carentes de espaço. Locais onde se proporcionem a relação dos homens com a natureza e a cultura, através de ambientes sugestivos e ricos na co-presença dos visitantes. O aspecto cultural à mostra da região, tendo como pano de fundo a paisagem da cidade.

A presença de mirantes-parque como equipamento da cidade de maneira natural ou edificada caracteriza o espaço de uso público, contribui o estimular o “olhar para o ambiente da cidade”, como se fossem “olhos da cidade”, propiciando aos espectadores na contemplação da paisagem, a análise do ambiente para as transformações do ambiente da Ilha.

A importância dos mirantes vai além do seu uso, pois como “os olhos de observação da cidade”, proporcionam alguns pontos de vista que ajudam a esclarecer a geometria da paisagem, as quais podem influenciar no direcionamento do processo de geometrização na ocupação do espaço. Servindo para esclarecer além dos elementos geométricos–morfológicos, a percepção de diversos elementos dispostos na natureza da cidade, utilizados como parâmetros comparativos da paisagem e em suas relações, limites e qualidades. Na compreensão deste conjunto, são assim avaliados os valores dos diferentes lugares, instigando opiniões e diversas interpretações, contribuindo para a valorização do espaço, esclarecendo para o cidadão comum, o qual pode não estar ligado diretamente com a produção do mesmo, mas que emite um juízo de valor.

As considerações sobre as “amplitudes visuais” contribuem também para a conscientização dos projetistas em relação à interpretação dos sítios, pois potencializam a criação com múltiplas as interpretações do espaço com referência nos elementos da natureza. Uma visão holística que pertence à cultura de projeto da arquitetura contemporânea, onde esta visa a necessidade de interpretação espacial para a integração das novas edificações propostas para a paisagem existente.

A proposta dos mirantes-parque para a Ilha tem o intuito de valorizar pontos potenciais visuais ou até revitalizar locais que servem como mirantes, que já são caracterizados localmente dando também a característica de parque, valorizando também o seu entorno, contemplando infra-estrutura necessária com equipamentos urbanos, dando a condição do mirante como local público de visitação e apropriação para uso coletivo como encontros, eventos de música e esportes, composto por seu respectivo mobiliário. A proposta de fazer um percurso pelos mirantes da Ilha, passando por algumas das principais referências visuais que fazem parte do patrimônio da paisagem da cidade.

Os caminhos da ilha que levam ao percurso da paisagem, paisagem visual em lugares que demonstram a riqueza do ambiente da ilha e através desta estabeleçam relações interativas, propiciando um ambiente que evidenciam os valores culturais, especializada com intervenções criativas na relação do homem com a natureza, de forma respeitosa e afinada com o local em que se encontra, valorizando a forma criativa sugerida pela paisagem, na arte, arquitetura, desenho urbano, etc.

A proposta para a arquitetura contemporânea tem base conceitual na interpretação do espaço; a arquitetura da cidade pode se dar referência como elemento artístico para a cidade, de forma a se inserir na malha urbana como elemento da paisagem, compondo com seus enquadramentos visual como elemento escultórico/funcional e participando no ponto de fuga numa perspectiva evidenciada, como um elemento pontual, ou até mesmo como algo sutil e quase imperceptível na paisagem, compondo mimeticamente no meio.

O programa para cada local deve ser estabelecido de acordo com as potencialidades e características da área a intervir.

A potencialidade encontrada nos sítios dos mirantes para as atividades propõe-se que estes possam comportar atividades culturais como, apresentações em geral, espetáculos, musicais, teatrais, exposições, feiras de artesanato, cinema, bibliotecas, até mesmo grandes espetáculos que exigem proporções generosas de espaço.

Os Mirantes-Parque podem dispor de programas diversos; cada local deve ser estabelecido de acordo com as potencialidades e características da área a intervir, sendo determinados de acordo com as necessidades mais vigentes para a área em questão. Os programas devem ser propostos em decorrência da percepção do espaço, 'afinado' com as necessidades locais em espaços destinados a atividades culturais, hoje tão carentes de espaço.

A revisão bibliográfica feita neste estudo sobre a conceituação da paisagem, demonstra que existe um vasto campo de conhecimento baseado na percepção, incluindo suas relações entre os mirantes, a natureza, a arte e o espaço edificado.

Assim, este embasamento teórico oferece aos arquitetos e urbanistas uma ferramenta de observação durante a criação dos projetos, de forma a considerar a integração de tais aspectos da paisagem diante das novas intervenções urbanas.

Esta referência em conjunto com a pesquisa sobre as atuais leis da paisagem e suas aplicações, em lugares diferentes, em busca de soluções para problemas causados pela degradação ambiental em consequência do atual modelo de desenvolvimento social-econômico. Porém com a valorização de considerações paisagísticas há a possibilidade da ocupação urbana de maneira mais qualificada, gerando assim qualidade de vida no local aplicado.

No que diz respeito à Ilha de Santa Catarina, isso se traduz na visão de uma alternativa de desenvolvimento urbano, elegendo os mirantes como estruturador da paisagem, sendo imprescindível que existam considerações preliminares relativas ao cenário paisagístico da Ilha.

Ao se considerar os mirantes e os enquadramentos visuais, esses assumem posição de referências locais, possibilitando a revelação de “toda a paisagem” presente no significado do lugar através de simbolismos que são retratados tanto de forma de orientação espacial como cultural.

Tal estudo leva a uma constatação que os mirantes não são somente referenciais da malha urbana ou da paisagem natural, mas sim elementos que compõem a estrutura morfológica e incluindo aspectos culturais. Possibilitando também a criação de vias de roteiros para a de visitação turística, reconhecendo as características e potenciais próprios de cada eixo visual que são fortemente marcados não somente pela forma do seu sítio, mas também por suas peculiaridades (morros, praias, arquitetura, gastronomia, atividades esportivas); ao mesmo tempo estes eixos compõem a identidade cultural da cidade.

É, portanto, aqui proposto, dentro dos princípios acima mencionados, uma nova ordem para a continuação da implantação do desenvolvimento urbano da cidade de Florianópolis de forma que valorize a paisagem da Ilha, contendo assim em sua urbanização elementos evidentes dentro de sua topografia como referenciais,

aliados às criações artísticas que trazem a arte pública para a vida das pessoas que tem presente nos seus o cotidianos a participação dos mirantes na paisagem.

6 BIBLIOGRAFIA

LIVROS:

ABELDA, José; SABOTI, José. La construcion de la naturaleza. Valência, 1997.

AMBASZ, Emilio. Inventions, The reality of the ideal. Rizzoli International Publications. New York, 1992.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

CASCAES, Franklin. O fantástico na Ilha de Santa Catarina. Ed. da UFSC, 2003.

CAUQUELIN, Anne. A Invenção da Paisagem, São Paulo, Martins, 2007.

CERNER, Francisco A. Arquitectura de la paisaje internacional. Barcelona, 1997.

DIMENSTEIN, Gilberto – Folha de São Paulo – 16/ 04/2003.

FELIPPE, Ana Paula. Paisagem e ambiente: ensaios FAU, USP - 2002.

FREIRE, Cristina. Espaço e Lugar: os registros da paisagem urbana na paisagem contemporânea. In Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar. Heliana Angotti Salgueiro, coordenação.p. 357 – 362. São Paulo: H. Angotti Salgueiro, 2000.

KRIER, Rob. Urban Space, Academy Editions, London, 1979.

LANDIM, Paula Cruz, ed. UNESP, São Paulo, SP, 2001.

LAURIE, M. Introduccin

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Ed. Arte e Comunicação. Massachusets Institute of Technology, 1960.

MADERUELO, Javier. Arte público: naturaleza y ciudade. Fundación César Manrique. Madri, 2001.

MADERUELO, Javier, El paisaje, gênesis de un concepto, Abada Editores, Madri, 2006.

MADERUELO, Javier; BERQUE, Agustín; CARBÓ, Enrique; CASTRO, Fernando; GUATAS, Manuel G.; JAUKKURI, Maareta; PELICER, Francisco;

OLIVEIRA, Ana Rosa. Tantas vezes paisagem. Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. São Paulo, Hucitec, 1982.

STEENBERGEN, Clemens; REH, Wouter . Arquitectura y Paisaje . Barcelona, 2001.

Yves GORGEU et de Catherine JENKINS –La Charte Paysagère, outil d’espace intercommunal – Souls la direction de Editions de la Documentation Française, 1995.

WILHEIM ,Jorge– Plano Diretor de São Paulo, gestão Marta Suplicy – 2003.

TESES E DISSERTAÇÕES:

COELHO, Mário César, Panoramas perdidos de Victor Meirelles. Tese de Doutorado. UFSC, 2007.

FLORIANO, César. Campo de Produção Paisajística de Roberto Burle Marx - O Jardim como Arte Pública, Universidad Politécnica de Madrid, U.P.MADRID, Espanha,2000.

GRAD, Guilherme Freitas, Arte Pública e Paisagem Urbana de Florianópolis, PGAU-CIDADE, UFSC, 2007.

MAKOWIEKY, Sandra, A representação da cidade de Florianópolis na visão dos artistas plásticos, UFSC.

NONNENMACHER, Marilange, Vida e Morte Miramar, Memórias urbanas nos espaços soterrados da cidade, Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, 2007

TABACOW, José Waldemar, Análise da Fragmentação da Paisagem na Ilha de Santa Catarina – SC – Uma Aproximação por Geoprocessamento, UFRJ, 2002.

ARTIGOS, TEXTOS, JORNAIS E REVISTAS:

A NOTÍCIA DO DIA -JORNAL

DURAN, Sérgio, Folha de São Paulo – 05/01/2001 - comentário sobre a Lei da Paisagem de Jorge Wilhelm para São Paulo

FLORIANO, César. Pensando a Cidade – Arte Pública e Gestão Municipal. Situs / arq.ufsc.

MAEDRUELO, Javier – La Noción de Paisage, 2007.

PEREJAUME; RIVAS, Juan Luís. El Paisage, Arte y Naturaleza, huesca, 1996.

QUADERNS. Land Arch D’Arquitecture I Urbanisme. N.217. Barcelona, 1992.

Revista 2G. Landscape architecture n.3, 1997.

Revista Vitruvius, julho 2003.

SALGUEIRO, Eliana A.. Paisagem e Arte. I Colóquio Internacional de História da Arte CBHA – CIHA, São Paulo, 1999.

SITES:

<http://www.centrohumboldt.org.ar>

<http://www.direito2.com.br/oab/2007/ago/29/oab-ce-sugere-nova-lei-da-paisagem-urbana-de-fortaleza>

<http://globoreporter.globo.com>

<http://saplei.eeesc.usp.br>

LEIS:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Subseção VIII

Da Paisagem Urbana, Áreas Públicas e Patrimônio Ambiental

Art.101. Constituem princípios da política de qualificação da paisagem urbana, áreas públicas e patrimônio ambiental:

I - A paisagem urbana, espaços públicos e a percepção visual da cidade constituem objeto de identidades sociais e de relações sensoriais entre os elementos naturais, os elementos construídos ou edificados e o próprio homem;

70

II - As relações de escala, forma, função e movimento dos elementos da paisagem na cidade e suas unidades de conservação, produzem atributos estéticos e que refletem a dimensão cultural e simbólica de uma comunidade.

Art.102. Constituem objetivos da política de qualificação da paisagem urbana, áreas públicas e patrimônio ambiental:

I - Garantir o equilíbrio visual por meio da adequada identificação, legibilidade e apreensão pelo cidadão dos elementos constitutivos da paisagem urbana, do espaço público e privado;

II - Implementar diretrizes curriculares municipais no ensino fundamental e médio para que matérias e temas relativos ao patrimônio histórico, cultural da cidade e ambiente urbano sejam contemplados;

III - O inventário participativo, documentação, seleção, proteção, e preservação dos bens materiais e imateriais da paisagem urbana-ambiental e espaços públicos, para a melhoria da qualidade de vida e a valorização das identidades histórico-culturais e municipais;

IV - Garantir um planejamento dos espaços públicos e da paisagem urbana por meio de uma ordenação, distribuição, revitalização, conservação e preservação do patrimônio cultural e ambiental, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do ambiente urbano e construído;

V - Evitar a poluição visual e a degradação ambiental da paisagem urbana e espaços públicos por determinadas ações antrópicas, que acarretam um impacto negativo na sua qualidade;

VI - Planejar a implantação dos equipamentos sociais de acordo com a demanda atual, com a oferta de infra-estrutura, acessibilidade, transporte e demais critérios pertinentes;

VII - Associar a demanda, requalificação e ordenamento de equipamentos sociais a planos reguladores específicos, planos de urbanização de unidades espaciais e de regiões de planejamento participativo, evitando-se o dimensionamento e ocupação desordenada;

71

VIII - Viabilizar parcerias com a iniciativa privada e associações de moradores na gestão dos espaços públicos, articulados aos Conselhos Municipais;

IX - Prever a integração dos espaços públicos com o entorno, promovendo junto aos órgãos competentes, os tratamentos urbanísticos e de infra-estrutura adequados.

Seção VI

Dos Sistemas e Elementos da Paisagem Urbana Ambiental

Art. 132. A Paisagem Urbana é patrimônio visual de uso comum da população que requer ordenação, distribuição, conservação e preservação, com o objetivo de evitar a poluição visual e de contribuir para a melhoria da qualidade de vida no meio urbano, compreendendo as seguintes definições:

I - Paisagem urbana é o resultado das relações de interação entre os elementos naturais, os elementos edificados ou criados e o próprio homem, numa constante relação de escala, forma, função e movimento, que produz uma sensação estética e que reflete a dimensão cultural de uma comunidade;

II - Qualidade da paisagem urbana é o grau de excelência das suas características visuais, valor intrínseco decorrente de seus atributos e que implica no controle de fontes de poluição visual e sonora, dos recursos hídricos, do solo e do ar; na presença, acessibilidade e visibilidade das áreas verdes e no contato com a natureza dentro da estrutura urbana;

III - Poluição visual é o efeito danoso que determinadas ações antrópicas e/ou naturais produzem nos elementos de uma paisagem, acarretando um impacto negativo na sua qualidade;

IV - Área degradada é a caracterização espacial de ações antrópicas e ou naturais que produzem um efeito danoso sobre a paisagem, produzindo uma variação negativa na sua qualidade;

V - Sítios significativos são todos os espaços, bens e imóveis, públicos ou privados, de interesse paisagístico, cultural, turístico, arquitetônico, ambiental, ou de consagração popular.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PALÁCIO DIAS VELHO

LEI COMPLEMENTAR Nº 092/2001

EXCLUI IMÓVEIS DAS LIMITAÇÕES DA VIA
PANORÂMICA NA UEP- 4, JOSÉ MENDES.

Faço saber a todos os habitantes do município de
Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu
sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam excluídos das limitações impostas pela via panorâmica definida pela Lei Complementar nº 001/97 para a UEP-4, José Mendes, os imóveis correspondentes aos seguintes endereços:

I - Rua Silva Jardim: n.ºs. 840 a 914 e n.ºs. 1348 a 1378;

II - Rua José Maria da Luz: n.ºs. 342 a 442.

Parágrafo Único - Os imóveis a que se refere este artigo deverão respeitar, no mínimo, os afastamentos previstos no Art. 56 da Lei Complementar nº 001/97.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

DOE – 28/11/2001

Florianópolis, aos 20 de novembro de 2001.

ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU
PREFEITA MUNICIPAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
GERÊNCIA DE DIGITAÇÃO

Texto da **LEI COMPLEMENTAR 212/2006** – que exclui da via panorâmica, e publicada no Diário Oficial em

LEI COMPLEMENTAR Nº 212/2006

EXCLUI VIA PANORÂMICA APROVADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 001 DE 1997.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica excluída como via panorâmica, assim classificada pela Lei Complementar nº 001, de 03.02.1997, a rua denominada como Cristóvão Nunes Pires, UEP-1, Centro, desde que seja aprovado pelo SEPHAN/IPUF o Plano de Massa para a área objeto da futura intervenção, conforme estabelecido no art. 166 da Lei citada neste artigo.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

DOE – 01/03/2006

Florianópolis, em 13 de fevereiro de 2006.

DÁRIO ELIAS BERGER
PREFEITO MUNICIPAL

SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

SEMINÁRIO: ARTE PÚBLICA E PAISAGEM. 17 de julho de 2007. Ministrante: Prof. Dr. Javier Maderuelo (Madri, Espanha). Comissão Municipal de Arte Pública, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Fundação BADESC, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (PGAU-CIDADE). Florianópolis, SC, 2007.

CURSO: ARTE PÚBLICA: DA ESCULTURA MODERNA À ARTE URBANA. 09 A 13 de julho de 2007. Ministrante: Prof. Dr. Javier Maderuelo (Madri, Espanha). 21º Festival de Arte Cidade de Porto Alegre. Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre. Porto Alegre, RS, 2007.

XVI SIMPÓSIO DE ARTES PLÁSTICAS: EXPERIÊNCIAS ATUAIS EM ARTE PÚBLICA. 10 a 12 de julho. Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, RS, 2007.

II OFICINA DE DESENHO URBANO DE FLORIANÓPOLIS: FLORIPA DE FRENTE PRO MAR – RESGATE DA ORLA. 19 A 22 de setembro de 2007. IAB/SC, AsBEA/SC, ASSOCIAÇÃO FLORIPA AMANHÃ, IPUF, DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO – UFSC, CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – UNISUL. Florianópolis, SC, 2007.

7º SEPEX – SEMANA DE PESQUISA ENSINO E EXTENSÃO. 22 A 25 de outubro. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Florianópolis, SC, 2008.